



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, FILOSOFIA E
HISTÓRIA DAS CIÊNCIAS



JOSIMAR CUSTÓDIO ROCHA

BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO SERTÃO DO PIAUÍ
(1970-1993)

SALVADOR-BA

2019

JOSIMAR CUSTÓDIO ROCHA

**BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO SERTÃO DO PIAUÍ
(1970-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, para obtenção do título de mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Orientadora: Heloisa Maria Bertol Domingues

SALVADOR-BA

2019

JOSIMAR CUSTÓDIO ROCHA

**BREVE HISTÓRIA DA ARQUEOLOGIA NO SERTÃO DO PIAUÍ
(1970-1993)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia e da Universidade Estadual de Feira de Santana, para obtenção do título de mestre em Ensino, Filosofia e História das Ciências.

Aprovada em: 13 de março de 2019.

Banca Examinadora

Prof^a. Dra. Heloísa Maria Bertol Domingues
Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST–Orientadora

Prof^a. Dra. Moema de Rezende Vergara
Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST– Membro Interno

Prof^a. Dra. Cíntia Jalles de Carvalho de Araujo Costa
Museu de Astronomia e Ciências Afins-MAST– Membro Externo

Rocha, Josimar Custódio.

Breve história da arqueologia no Sertão do Piauí (1970-1993) / Josimar Custódio Rocha. - 2019.

83 f. : il.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria Bertol Domingues.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Feira de Santana / Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências, Salvador, 2019.

1. Parque Nacional da Serra da Capivara (PI) - Pesquisa. 2. Arqueologia e história. 3. Sítios arqueológicos. 4. Ciência. 5. Museus e coleções arqueológicas. I. Domingues, Heloisa Maria Bertol. II. Universidade Federal da Bahia. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências. III. Universidade Estadual de Feira de Santana. Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências IV. Título.

Dedico este trabalho

A minha pequena Joana Liz, sua
existência fez com que eu não desistisse
de meus sonhos!!!

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos, família, amigos, instituições, colegas enfim [...] todos aqueles que de alguma forma contribuíram para a realização desta dissertação, uns ajudaram outros atrapalharam, mas é assim que os processos são construídos, o importante é que consegui.

Em primeiro lugar, a Deus, pela sabedoria e por me conceder o bem maior: a VIDA. Pela força e ânimo que me motivaram a continuar quando tudo favorecia a minha desistência.

Aos docentes do Programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História da Ciência: Dr. Charbel El Hani, Dr. André Luís Mattedi Dias, Dra. Andreia Oliveira, Dra. Rosileia Oliveira de Almeida e Dra. Fernanda Rebello-Pinto (*in memoria*), a partir das disciplinas e dos contatos, que em muito contribuíram para os caminhos trilhados para esta etapa na minha formação acadêmica e no desenvolvimento pessoal e profissional.

Aos colegas do PPGEFHC –UFBA-UEFS pela convivência, apoio, trocas dadas e preocupações com as nossas caminhadas! Em especial, Elisângela (Lis) e Silná. Muito obrigado a todos aqueles e aquelas com os quais trilhamos esta jornada, pela solidariedade especial com as leituras e compartilhamento de dificuldades. Obrigado também por fazerem acontecer a pesquisa e a vida acadêmica como cooperação e dádiva.

A Mayane Nobrega pelo incentivo, conselhos e orientações. Seu apoio foi fundamental nesse processo.

Agradeço a FUMDHAM, Fundação Museu do Homem Americano, aos seus membros, todos que conviveram comigo permitindo ter acesso aos vestígios da cultura material, as amostras, e aos dados e arquivos.

A minha orientadora, Heloísa Maria Bertol Domingues, meu profundo agradecimento por sua orientação, leitura cuidadosa dos meus textos e inacreditável paciência para aceitar todos os prazos por mim estabelecidos. Por me incentivar quando por muitas vezes pensei em desistir, sem a sua presença este trabalho não teria sido desenvolvido.

Meus agradecimentos vão também para os membros da banca: Moema Vergara e Cintia Jalles. Elas se esmeraram na crítica ao meu trabalho, indicando-me várias perspectivas futuras para minhas pesquisas.

À minha filhota, Joana Liz, pela sua existência e presença deram forças e ânimo na caminhada, pelo seu carinho (querendo sempre dedicação exclusiva). À minha esposa, Glecione, pelo apoio, estímulo, paciência, pelas discussões proíficas e, muitas vezes, em horários improváveis, e persistência em continuar acreditando que em breve a atenção seria

mais integral. Obrigado por suportarem, das suas maneiras, à angústia, impaciência, irritação e aborrecimentos que a construção e concepção deste trabalho fomentaram. Amo vocês com todas as minhas forças! Gratidão eterna!

Agradeço aqueles que amo muito e que sempre estiveram do meu lado, meus pais Valdemar e Vanda, minhas irmãs Maria Aparecida (Cida), Delvania, Vanessa, minhas sobrinhas e sobrinho, Lara, Açucena, Isadora, Acácia, Iracema e Arthur. Que muitas vezes durante a escrita me fizeram parar para brincar...

Agradeço imensamente a todos...

ROCHA, J. C. **Breve História da Arqueologia no Sertão do Piauí (1970-1993)**. 84 f. il. Dissertação de Mestrado. UFBA/UEFS. Salvador/Bahia, 2018.

RESUMO

Este trabalho trata da reflexão histórica sobre a materialidade das coleções arqueológicas, buscando compreender a Arqueologia enquanto ciência. Analisa as várias tentativas sucedidas ou não, que objetiva perceber artefatos e paisagens, pesquisadores e comunidades tradicionais do sudeste do estado do Piauí, na região do Parque Nacional Serra da Capivara. Discutimos sobre os vestígios da presença do homem no Piauí, fazendo um breve histórico da ocupação do Estado. Expomos as pesquisas na região, e como se deu a demarcação dos sítios e formação das coleções na região da Serra da Capivara, além de analisar sobre a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, discutindo sobre os conflitos com a população local e o debate científico. Os desafios empíricos são enormes, mas não podem ser ignorados pelos historiadores das ciências, uma região com tal potencialidade. Finalizando a dissertação nos “carreiros” da Serra da Capivara, conclui-se que a potencialidade regional quanto aos sítios arqueológicos, a materialidade, as lacunas presentes nos registros e historiografia das ciências oficiais, está perante aos olhos, um dos mais importantes patrimônios da Humanidade.

Palavras-Chaves: Arqueologia; Ciência; História.

ROCHA, J. C. **Brief History of Archeology in the Sertão do Piauí (1970-1993)**. 84 f. il. Masters Dissertation. UFBA/UEFS. Salvador/Bahia, 2018.

ABSTRACT

This work deals with historical reflection on the materiality of archaeological collections, seeking to understand Archeology as a science. It analyzes the various attempts that succeeded or failed to perceive artifacts and landscapes, researchers and traditional communities in the southeast of the state of Piauí, in the Serra da Capivara National Park region. We discussed the vestiges of the presence of the man in Piauí, giving a brief history of the occupation of the State. We show the researches in the region, and how the site demarcation and formation of the collections in the Serra da Capivara region occurred, besides analyzing the creation of the Serra da Capivara National Park, discussing the conflicts with the local population and the scientific debate. The empirical challenges are enormous, but they can't be ignored by the historians of the sciences, a region with such potentiality. Finishing the dissertation on the "roads" of Serra da Capivara, it is concluded that the regional potentiality of archaeological sites, materiality, gaps in the records and historiography of the official sciences, is before the eyes, one of the most important patrimony of Humanity.

Keywords: Archeology; Science; History.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Sudeste da capitania do Piauí.....	22
Figura 02. Maranca, Aguida e João da Borda	34
Figura 03. Mapa dos primeiros sítios pesquisados	34
Figura 04. Sítio Toca da Entrado do Pajaú	36
Figura 05. Sítios Baixão da Vaca	37
Figura 06. Sítios do Paraguaio	37
Figura 07. Acampamento durante as pesquisas	38
Figura 08. Transcrição das figuras rupestre	41
Figura 09. Niede Guidon em Trabalho de Campo	42
Figura 10. Exposição de amostra do material em 1991	43
Figura 11. Localização do Parque	47
Figura 12. Moradores do Zabelê em atividade na roça	53
Figura 13. Moradores do Zabelê em lagoa da comunidade	53
Figura 14. Arvore da Maniçoba	65
Figura 15. Toca do João Sabino	66
Figura 16. Família de Maniçobeiros que habitavam a área do Parque	66

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. Relação dos primeiros sítios pesquisados	35
--	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
CAPITULO I: “Os vestígios da presença do homem no Piauí	17
1.1. Ocupação Humana no Piauí pelos colonizadores	17
1.2. Ocupação Humana no Piauí pelos indígenas	24
CAPITULO II: A “descoberta” da Serra da Capivara	32
2. 1- As pesquisas na região nos anos 1970 e 1980	32
2. 2 - Demarcação dos sítios arqueológicos.	38
2. 3 - Formação de coleções	42
CAPÍTULO III - A Criação do Parque Nacional Serra da Capivara	47
3.1. O debate científico “Natureza intocada?”.....	47
3.2. Conflitos gerados com a população local	51
3.3. A exploração da cal na região do Parque Nacional.....	60
3.4. A maniçoba como símbolo da cultura local – elo entre o passado e o presente. .	63
CONCLUSÃO.....	70
REFERÊNCIAS	71

INTRODUÇÃO

Esta dissertação trata da reflexão histórica sobre a materialidade das coleções arqueológicas, buscando compreender a Arqueologia enquanto ciência. Analisando-se as várias tentativas sucedidas ou não, que objetiva perceber artefatos e paisagens, pesquisadores e comunidades tradicionais do sudeste do estado do Piauí, na região do Parque Nacional Serra da Capivara.

Afim de alcançar os objetivos utilizamos como base metodológica a análise dos diários de campo das pesquisas da Missão-Franco brasileira no Piauí, Relatório, Inventário, e entrevistas com pessoas ligadas as pesquisas. O objetivo é fazer uma história da arqueologia na Serra da Capivara, Piauí, desde os anos 1970.

As pesquisas arqueológicas na região do Parque Nacional Serra da Capivara foram significativas para a compreensão da movimentação do homem, em especial na América, visto que os trabalhos sob coordenação de Niede Guidon proporcionaram discussões contundentes acerca da ocupação da América. Por sua importância, a Unesco¹ o inscreveu na Lista do Patrimônio Mundial em 13 de dezembro de 1991. E, em 1993, o Parque passou a constar do Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, do IPHAN.²

A arqueologia no Brasil Imperial era essencialmente uma arqueologia de sociedades indígenas extintas que viveram em um passado distante, deixando como testemunho de sua existência restos materiais. Lúcio Menezes Ferreira expõe que a prática arqueológica no período imperial era um projeto “político” dentro de um processo de construção de identidade nacional brasileira. Na verdade, a arqueologia era parte das pesquisas em ciências naturais em geral, mas afirma-se em função do fazer a história do país, e nesta, a sua prática se justifica pelo debate sobre as origens do povo brasileiro, isto é, o debate sobre a construção da nacionalidade.³

Nas crônicas do descobrimento, existem muitas alusões à cultura material indígena que ajudam os arqueólogos a associar determinadas culturas e coisas hoje conhecidas apenas arqueologicamente. Um bom exemplo são as casas subterrâneas dos Guaianases mencionadas por Gabriel Soares de Sousa em 1580 em seu Tratado Descritivo do Brasil (SOARES DE SOUSA, 1974). Raramente, alguns cronistas chegam a reconhecer sítios arqueológicos

1 UNESCO-Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciências e a Cultura.

2 IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

3 DOMINGUES, H. M. Bertol. Barbosa Rodrigues e os sambaquis da Amazônia. Revista Brasileira de História da Ciência, v. Suplemento, p. 51-60, 2012.

enquanto tal, como os sambaquis descritos pelo jesuíta Fernão Cardim, ou as inscrições rupestres observadas pelos soldados do capitão-mor Feliciano Coelho em 1598.⁴

Uma perspectiva mais propriamente arqueológica surgiu com os naturalistas viajantes da segunda metade do século XVIII e início do XIX. Mesmo antes da instalação da Corte portuguesa no Brasil e do decorrente incentivo à exploração mais sistemática do território brasileiro, o país já vinha sendo palco de inúmeras excursões, viagens e pesquisas de naturalistas estrangeiros, sobretudo franceses e alemães. Além de muitos brasileiros. Este ciclo de viajantes estrangeiros inaugurou-se com expedições amazônicas, como as de La Condamine (1745), Franz Keller-Leusinger (1784) e Alexandre Rodrigues Ferreira (1785-1790), Alexandre von Humboldt (1799-1803), Eschwege (1809), Wied Neuvied (1815), Saint-Hilaire (1816-22), Koster (1816), Von Martius (1818-21) e Peter Wilhem Lund (1825) para a coleta de espécimes para o Museu de História Natural de Copenhague, na Dinamarca, retornou ao país em 1834, fixando residência em Lagoa Santa, Minas Gerais, Além da Thayer Expedition (1865) da qual participam os arqueólogos americanos Frederich Hartt e James Orton, as escavações de sítios amazônicos encontrados por Hartt e retomadas por Orville Derby (1871) e J. B. Steere da Universidade de Michigan (1876), e, no Sul, as escavações de Rath nos sambaquis paulistas (1876), e as de Carlos Wiener e Roquete Pinto nos sambaquis do litoral sul (1876).⁵

No Brasil, o Museu Real, fundado em 1818 no Rio de Janeiro, e mais tarde com a República rebatizado como Museu Nacional, foi o museu de História Natural do país. Com o objetivo explícito de incentivar os estudos de botânica, zoologia, mineralogia nos padrões científicos e museológicos europeus, foi designado pelo Governo para receber as peças coletadas no interior do país, por naturalistas, incluindo-se as arqueológicas de proveniências diversas.⁶

Luís de Castro Farias, importante antropólogo do Museu Nacional, contribuiu de forma significativa no desenvolvimento da Arqueologia no Brasil.

4 CARDIM, Fernão. *Tratados da terra e gente do Brasil*. São Paulo: Cia Editora Nacional/ MEC, 1978. 259 p. (Série Brasileira, vol. 168); SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Salvador: Livro Progresso, 1855.

5 MENDONÇA DE SOUZA, DE SOUZA, A. *História da Arqueologia Brasileira*. Pesquisas. Instituto Anchietao Pesquisas, Série Antropologia, 46, 1991; SAMPAIO, Theodoro. *Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena*. Salvador: Livro Progresso, 1855.

6 DOMINGUES, H. M. Bertol. *O homem, as ciências naturais e o Brasil no século XIX*. *Acervo* (Rio de Janeiro), v. 22, p. 167-178, 2009.

Paulo Duarte, que havia estudado no *Musée de l'Homme*, em Paris, dirigido por Paul Rivet, no ano de 1952, instalou a Comissão de Pré-História, que depois viria a se tornar o Instituto de Pré-História da USP, fato que contribuiu de forma significativa na preservação e proteção dos sambaquis.

No ano de 1954, o Congresso Internacional de Americanistas⁷ pode ser tomado como marco da arqueologia brasileira, já que foi a partir desse evento que surgiu uma ideia simples: em vez de tentar enviar pessoas para estudar fora a alto custo, ficaria mais em conta trazer professores capacitados para o Brasil.⁸

A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, que dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos, conhecida como “Lei dos Sambaquis” possibilitou a efetivação da proteção dos materiais arqueológicos, além de incentivar as pesquisas arqueológicas no país.⁹

O americano Wesley Hurt, da Indiana University, contribuindo de maneira significativa na formação com premissas da metodologia americana de campo, e juntamente com, José Loureiro Fernandes, importante personalidade das campanhas de proteção dos sambaquis, fundariam, em 1956, no Paraná, o Centro de Estudos e Pesquisas Arqueológicas-CEPA, visto que nesse período a região sul já contava com uma história em arqueologia bastante sólida, assim com o objetivo de formar novos pesquisadores brasileiros em arqueologia, inicia o CEPA.

No Brasil, desde os anos 1970 e 1980, pela interpretação dos registros rupestres de cultura material de ocupações pré-históricas em abrigos do Parque Nacional Serra da Capivara, figura como importante instituição de ensino, divulgação e preservação de materiais arqueológicos e históricos, por meio de inúmeras pesquisas de campo, coordenadas por Niède Guidon¹⁰ e equipe.¹¹

7 O Congresso Internacional de Americanista, surgiu com um a criação da Sociedade dos Americanistas em 1876, o “americanismo” passou a ser uma nova via de estudos (assim como o “africanismo”) para historiadores e etnólogos franceses, possibilitando inclusive a formulação de novos paradigmas de pensamento.

8 BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia. Suplemento 3: 201-212. São Paulo. 1999p.42, 1999-2000

9 SURYA, L. Por que fazer a História da Ciência Arqueológica Brasileira? In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. Caderno de resumos do 13º. Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2012. v. 1º. p. 262-263.

10 Niède Guidon, nasceu em Jaú interior de São Paulo em 1933, formou-se em História natural na Universidade de São Paulo-USP e doutorado em pré-história pela Sorbonne, Université de Paris, França

11 ALVES, M. A. Teorias, Métodos, Técnicas e Avanços na Arqueologia Brasileira. In: Revista Canindé, Xingo, n 2, p. 31, 2002.

Os trabalhos contínuos na região da Serra da Capivara no sertão do Piauí proporcionaram novos dados para avaliar a antiguidade da presença do homem na América, despertando, obviamente, uma grande polêmica no âmbito científico mais conservador. Guidon, coordenadora das pesquisas na região da Serra da Capivara, tem apresentado resultados inesperados quanto à presença do homem nessa localidade, criando uma viva polêmica no âmbito científico. As datações radiocarbônicas, obtidas a partir de restos de fogueiras, retroagem a data da ocupação dessa área, por grupos humanos, em aproximadamente 48.000 anos AP.¹²

A estruturação do texto dá-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentaremos o contexto espacial e breve histórico da ocupação do Piauí. É necessário ressaltar que a região possuía uma dinâmica econômica marcada pelo predomínio de atividades agrícolas de subsistência e que, apesar de ter vivido um momento de grande influência no desenvolvimento com a criação de gado, no final do século XIX, a pecuária atravessou forte crise econômica. Discutiremos como se deu a luta contra as populações indígenas da região.

No segundo capítulo, discutimos as pesquisas na região da Serra da Capivara nos anos de 1970 e 1980, expondo os mecanismos das primeiras expedições arqueológicas na região e como aconteceu a demarcação dos sítios arqueológicos e a formação das coleções. A documentação fotográfica dos sítios iniciou-se na Toca do Paraguaio, com o mapeamento de cerca de sete sítios e posteriormente, Nilson Parente relata que os trabalhos de escavações na região iniciaram no Gongo, onde ele mesmo havia encontrado um esqueleto dentro de uma urna em 1953.¹³ Sendo que foram as pesquisas no sítio Boqueirão da Pedra Furada, que começou a ser escavado em 1978 e que proporcionou datações significativas na interpretação da chegada dos homens à América, visto que as datações nesse sítio chegam a cerca de 100.000 antes do presente.

No terceiro capítulo, discutimos a Criação do Parque Nacional Serra da Capivara, de início pelo debate científico da época “natureza intocada”, criando uma reserva de proteção integral, e como isso causou conflitos com a população local que vivia na área demarcada. Discute-se como os mecanismos de desenvolvimento econômico na região foram confrontando às ideias de preservação da equipe da Fundação Museu do Homem América-FUMDHAM. Conclui-se o capítulo com as discussões sobre a extração da borracha de

12 GUIDON, Niède. Unidades culturais da Tradição Nordeste na área arqueológica de São Raimundo Nonato. Revista do Museu Paulista (Nova Série), Vol. XXX: 115-145. 1985, p. 7.

13 BASTOS, Solange. O paraíso é no Piauí: A descoberta da arqueóloga Niède Guidon. Família Bastos editora. Rio de Janeiro-RJ. 2010, p. 63.

manipulação, e como essa exploração contribuiu no desenvolvimento das cidades do sertão piauiense.

Nos últimos meses de elaboração deste trabalho, uma frase foi mencionada com frequência: “Uma hora é preciso parar de ler e de analisar fontes, pois o tempo acaba”. E realmente é preciso fechar este ciclo, pois a cada nova leitura, a cada fonte localizada em meio as tantas peças desse quebra-cabeça, surgem novos questionamentos, novos caminhos e possibilidades de interpretação.

CAPITULO I: “Os vestígios da presença do homem no Piauí

O homem ocupa o Piauí há cerca de 100 mil anos antes do presente, segundo estudos na região da Serra da Capivara, onde demonstram por análise de uma diversidade de artefatos arqueológicos a presença do homem no território, materiais significativos que contribuíram para entender muito além da ocupação do estado, fazendo-nos repensar/recriar as linhas migratórias do homem na Terra.

1. Ocupação Humana no Piauí: Colonizadores

Durante muito tempo, a historiografia piauiense destacou que a ocupação do território do Piauí partiu do interior para o litoral, com a justificativa do desenvolvimento da pecuária que ocorria no interior e, portanto, distante da costa litorânea. Considerando uma ocupação tardia em relação às demais províncias, alguns estudos apontam as primeiras manifestações de ocupação no século XVII, como consequência das primeiras expedições militares e religiosas na região.¹⁴

Após inúmeras polêmicas em torno dessas afirmativas, sabe-se que a ocupação das terras piauienses, correspondentes à parte do “Sertão de Dentro”, foi impulsionada pelo desenvolvimento da pecuária, responsável pelas instalações dos primeiros currais na costa do território, seguindo pelos rios Piauí, Canindé e Gurguéia. Por Carta Régia do rei de Portugal, em 1758, o “Sertão de Dentro”, densamente povoado por inúmeras tribos indígenas, passou a ser Capitania de São José do Piauí.¹⁵

A colonização dessa região está ligada intimamente com a introdução do gado na capitania de São José do Piauí no final do século XVII e XVIII¹⁶. A fazenda foi o principal foco para a vinda e implantação social, embora nas fazendas tivesse que sobreviver sobre a

14 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A Elite Colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995; MOTT, Luiz. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: 2a Ed., 2010; COSTA FILHO, Alcebíades. A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006; GORENDER, Jacob. O escravismo colonial. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

15 ABREU, J. Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800). 5a. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

16 DIAS, Willian Palha. São Raimundo Nonato, de Distrito Freguesia a Vila. 1ª edição, Teresina. 2001; ROCHA, Josimar Custodio. A importância da extração da borracha de maniçoba na formação do sertão do Piauí. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí-UESPI. São Raimundo Nonato-PI. 2015).

agricultura de alimentação. Com a ampliação dos currais, vieram as famílias para dentro. A fazenda de criar, por muito tempo no Piauí, constitui-se em estabelecimento único de exploração econômica, em base da sociedade, em formação e centro de relações étnicas e de cultura¹⁷.

O povoamento dessa região está relacionado com o extermínio e consequente dispersão da população nativa.

Os fazendeiros da Casa da Torre dos Dias D'Ávila, vindo da Bahia, a partir de 1674, atravessaram a serra dos Dois Irmãos, seguindo os cursos dos rios ocuparam as margens do Gurgueia, Piauí e Canindé. Esses colonizadores lideraram diversas expedições que travaram verdadeiras guerras com os indígenas. Domingos Afonso Mafrense¹⁸, sócio da Casa da Torre na disseminação de currais possuía inúmeras fazendas na região. (OLIVEIRA, 2001, p.14).

Foram diversas expedições organizadas para a dizimação dos indígenas, os documentos apontam para uma provável presença dos Pimenteiras, Kraôs, Acumés e Ariés, que habitavam a região da bacia do rio Piauí, que compreende o sudeste do Piauí.

A guerra contra os índios locais começou no ano de 1776, comandada por João do Rego Castelo Branco, que dominou o grupo no ano de 1783, mas coube ao Capitão do mato José Dias Soares a tarefa de dominar totalmente os nativos, no início do século XIX.¹⁹ Neste período o governador da Capitania era João de Amorim Pereira que ordenou a expulsão dos Pimenteiras da nascente do Rio Piauí, com a justificativa de acabar com os conflitos entre os nativos, aventureiros e colonos.

Devido à guerra travada entre devassadores do território e indígenas, no final do século XVIII, o contingente da população nativa entrou em declínio. Em pouco mais de dois séculos de contato entre os povos nativos e o colonizador, dispersou-se praticamente toda a população indígena.²⁰

17 SANTANA, R. N. Monteiro (org.). Apontamentos para a história cultural do Piauí. Fundação de apoio cultural do Piauí – FUNDAPI. Teresina, 2003, p. 33.

18 Domingos Afonso Mafrense, sócio da Casa da Torre na disseminação de currais possuía inúmeras fazendas na região.

19 ROCHA, Josimar Custodio. A importância da extração da borracha de maniçoba na formação do sertão do Piauí. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí-UESPI. São Raimundo Nonato-PI. 2015).

20 OLIVEIRA, Ana Stela de Negreiros. O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e Colonizadores, conflitos e resistência. Recife, 2007

Inicialmente aconteceu a ocupação daquela área, com a chegada dos sertanistas provenientes do São Francisco, durante o final do século XVII e início do XVIII, dispersando a sua população nativa; provavelmente os remanescentes dos agricultores-ceramistas. Para as etnias que sobreviveram, restou somente buscar áreas de refúgio para serem incomodadas novamente pelo processo de ampliação da área das fazendas de gado no século XVIII ou integrar-se ao processo colonial (OLIVEIRA, 2007, p.26).

Com a expulsão dos índios da cabeceira do rio Piauí, pelo Comandante José Dias Soares, o mesmo solicita ao governador da província as terras conquistadas, que foram distribuídas entre seus parentes e amigos. Em 1812 o seu filho Domingo Dias instala a primeira fazenda na cabeceira do rio, e assim se forma a fazenda Bonsucesso.²¹ Sendo que na região as principais fazendas instaladas foram: Santo Antônio, Conceição, São Vitor da Tranqueira (Povoado de São Raimundo Nonato), Sítio do Meio (Povoado de São Raimundo Nonato), Tamanduá (Anísio de Abreu) e Bonsucesso (Caracol), que deram origem a povoados e vilas posteriormente.

Um dos principais cursos de água da região é o rio Piauí, um rio temporário, que nasce na cidade de Caracol e passa por São Raimundo Nonato e São João do Piauí, onde a colonização dessa região está intimamente ligada ao extermínio dos índios que viviam a margem do rio.

O signo da colonização piauiense faz-se por meio da concessão de sesmaria e da criação dos currais de gado. Tendo seu povoamento posterior a outras regiões, pois os portugueses tinham uma preocupação maior em proteger o litoral brasileiro.

A partir das margens do Rio São Francisco emergem as primeiras bandeiras a busca de novas terras. Em 1658 foi empreendida a bandeira confiada ao capitão Mor Domingos Barbosa Calheiro, que vindo de São Paulo, ao chegar à Bahia, partiu para Jacobina com uma poderosa expedição, com mais de duzentos homens. Ressalta o autor que essa expedição foi completamente destruída retomando poucos anos o litoral.²²

Como mencionado anteriormente, a criação de gado tornou-se o carro-chefe da reocupação do território e, em seguida, a principal atividade econômica da região da Província do Piauí. Trata-se de uma região onde a unidade de conquista e povoamento foi a fazenda de gado, cristalizando-se toda a vida sócio econômica em derredor da pecuária extensiva, assim, qualquer estudo sobre a história do Piauí deve iniciar-se a partir dos currais de criação.²³ As

21 Enciclopédia dos municípios brasileiros / [Conselho Nacional de Geografia e Conselho Nacional de Estatística]. Rio de Janeiro. IBGE, 36v.: il., mapas, p.436, 1956.

22 NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Arte Nova, p. 46, 1975.

fazendas da Província do Piauí chegaram a ser as mais importantes fornecedoras de gado da região Nordeste, estabelecendo aquecido comércio com a Província da Bahia, principal consumidora do gado e fornecedora de mão de obra escrava para o abastecimento das fazendas da província do Piauí.²⁴

Paralelas à criação de gado, outras atividades econômicas eram desenvolvidas em toda província, a exemplo do cultivo de algodão, das lavouras de cana mais ao norte, do extrativismo vegetal e também das atividades domésticas.

[...] existiam também as tendas de carpintaria e de ferreiro com seus equipamentos, os currais, os cercados (para a separação das reses, para a engorda de outras, para reserva de pastos na época da seca, etc.), as lavouras de cana, em geral nos brejos, as lavouras de 'legumes' (designação à mandioca, feijão, abóbora, melancia, fava, melão são-caetano, nos locais mais frescos), as lavouras 'secas', as roças de arroz, as plantações de algodão e mais adiante o açude. (MIRIDAN. 2005, p. 147).

Ainda sobre os tipos de moradias, a autora descreve uma propriedade como um conjunto complexo que está ligado ao sistema produtivo adotado na região. Além da casa de morada do proprietário da “fazenda”, existiam as casas menores, próprias dos agregados e outros moradores, além da “casa de forno” ou “casa da farinha” um pouco mais distante da casa do proprietário. Nos inventários consultados para esta pesquisa, as casas tanto do proprietário de terras como as demais moradias eram descritas como sendo “muito simples”, algumas com “paredes de barro e madeira” e “coberta de telha”.²⁵

Até o século XVIII, a criação de gado bovino atingiu o mais alto nível de produção, além da Bahia, as boiadas eram enviadas para o Maranhão, Pará, Pernambuco e Minas Gerais.²⁶

O Sudeste do Piauí encontrava-se na rota dos dois pontos de irradiação da pecuária para o interior do Brasil, a corrente baiana e a pernambucana, assim como, dos caminhos do gado do sertão para distribuição na Bahia e Minas Gerais (OLIVEIRA, 2007, p.26).

23 MOTT, Luiz. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: 2a Ed., p.9, 2010.

24 PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo. Brasiliense, 2006.

25 Vale salientar que a cobertura de telhas não eram simples, mas ao tempo que analisamos os inventários podemos compreender que a descrição dos objetos produzidos no interior da fazenda não eram tratados como relevantes nos bens e poses do inventariado, logo concluímos que devido haver a produção de telhas no interior da fazenda, os inventariantes não davam tão importância para a mesma.

26 BRANDÃO, Tanya Maria Pires. A Elite Colonial piauiense: família e poder. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, p. 63, 1995.

Ainda no início do século XVIII, com a morte de Mafrense, os jesuítas passaram a administrar as 39 fazendas deixadas pelo bandeirante. Esse fato marcaria, então, o início do que seria considerada uma segunda fase de povoamento vivido pelo Piauí, momento marcado por inúmeros conflitos entre o colonizador e os grupos indígenas e pelo abandono de inúmeras fazendas:

Durante essa fase, ocorreu o abandono de diversas fazendas pelos moradores locais e, depois, o despovoamento da região, com a dispersão dos povos indígenas para que ocorresse um repovoamento colonial e a construção geográfico-social daquela área. Esta fase se prolonga até o início do século XIX, com o controle da região pelos colonizadores e a total dispersão dos povos indígenas (OLIVEIRA, 2007, p. 26).

A maior importância da Companhia de Jesus no Piauí está relacionada à atuação de padres do colégio da Bahia como testamenteiros de Mafrense. Em 1711, esses padres foram transferidos para o Piauí, onde o Pe. Miguel da Costa foi designado como administrador das fazendas de Mafrense²⁷:

Em testamento declarou-se senhor das terras piauienses, tendo-as ocupado com gados, trabalhadores escravizados e o mais que fosse necessário. Em junho de 1711, o sertanista faleceu em Salvador, Bahia, deixando as posses para os padres inacianos. Ao patrimônio, herdado, foram acrescentadas outras fazendas, totalizando 39 unidades produtivas, todas assentadas no trabalho escravo (LIMA, 2006, p. 434).

Durante o período em que estas fazendas estiveram sob a administração da Companhia de Jesus no Piauí, o colégio da Bahia recebeu sustento a partir da produção de gêneros alimentícios das fazendas. As duas mais importantes fundações culturais do Brasil colonial, o colégio da Bahia e o noviciado de Jequitaiá localizado em Salvador na Bahia, passariam a ser financiados pela economia piauiense.²⁸

Após 23 anos da sua descoberta, em 1697, já existiam no Piauí 129 fazendas de gado, passando para 400 em 1730 e para 578 em 1772. O projeto de organização dos índios, em aldeias por missionários, provocou conflito com os interesses dos proprietários de fazendas, que queriam tomar posse das terras e controlar o trabalho dos índios nas suas fazendas, sem a interferência dos missionários. Enquanto os índios puderam oferecer resistência à invasão de

27 BASTOS, Cláudio. Dicionário Histórico e Geográfico do Estado do Piauí. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, p. 35, 1994.

28 NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Arte Nova, p. 36, 1975.

suas terras, período de quase duzentos anos, de fins do século XVII a meados do século XIX, o conflito existiu, mas aos poucos inúmeros grupos indígenas vão sendo exterminados, expulsos ou aldeados. Francisco Dias de Ávila e Domingos Afonso Sertão eram os beneficiários de grandes extensões de terra, este último fundou numerosas e importantes fazendas nos rios Piauí e Canindé, trinta destas fazendas foram legadas após a sua morte à Companhia de Jesus, a quem a Coroa as confiscou em benefício próprio.²⁹

Quase cinco décadas depois de administração destas fazendas, por meio de alvará régio datado de três de fevereiro de 1759, a Coroa Portuguesa mandou expulsar os jesuítas de todos os seus domínios, resultando no confisco das terras, do gado e dos escravos.³⁰ Com o intuito de viabilizar a administração das fazendas, a Coroa Portuguesa realizou a divisão das propriedades em três inspeções, Nazaré, Piauí e Canindé, sendo que, para cada uma delas, seria escolhido um administrador.³¹

Estas terras passaram a ser chamadas de “Fazendas do Fisco” e, toda a estrutura produtiva estava assentada no trabalho escravo e voltada, de forma dominante, para a produção de mercadorias, e era esse caráter da produção que determinava o nível das contradições sociais.³²

O processo de ocupação da região, onde, atualmente, delimita-se o Município de São Raimundo Nonato, assim como em toda a região Sudeste do estado, esteve fortemente influenciado pela criação de gado, que impulsionou a instalação das primeiras fazendas na região. Caracterizadas pelas grandes extensões de terras, sem demarcações que estabelecessem os limites de cada fazenda, “o gado era geralmente criado solto: como não havia cercas dividindo as fazendas uma das outras, e existindo consuetudinariamente uma légua de terra de uso comum entre as mesmas [...] sucedia certamente que os animais de um proprietário se misturassem com os dos vizinhos”.³³

Mais tarde, o território foi sendo ocupado por fazendas de criatório de gado, pelo cultivo da lavoura de subsistência e pelo extrativismo, e brevemente passou a ser Freguesia

29 MOTT, Luiz. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: 2a Ed., 2010.

30 ALENCASTRE, J. M. P de. Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí. [s/e]. Teresina: SEDUC, 2005.

31 LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, p. 29, 2005.

32 LIMA, Solimar Oliveira. Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871. Passo Fundo: UPF, p. 29, 2005.

33 MOTT, Luiz. Piauí Colonial: população, economia e sociedade. Teresina: 2a Ed., 2010, p. 67.

inundação que aos rigores de uma estiagem cuja duração não se poderia prever. (DIAS, 2000, p.32).

O Distrito-Freguesia foi elevado à categoria de Vila em 1850, mantendo a mesma denominação e localização anterior, era marcada pela escassez de chuvas e devido a essa característica climatológica o modelo de produção agrícola era distinto das áreas litorâneas sendo, portanto, essencialmente voltado para o abastecimento do mercado interno.

A vila teve crescimento lento devido às secas decenais e as dificuldades decorrentes do desconhecimento da população em armazenar a produção agrícola excedente. Esses fatos contribuíram para que a população, ao ser atingida pelo flagelo da seca, acabasse por migrar para regiões vizinhas como Bom Jesus e Gilbués, áreas do Sudoeste do estado.³⁶ No entanto, a região tornava-se favorável ao desenvolvimento da pecuária extensiva, que foi, até o final do século XIX, a atividade que impulsionou a economia na época.

Estas terras que foram usurpadas dos nativos pimenteiras, prováveis ceramistas-agricultores, foram distribuídas entre familiares e companheiros de guerra dos sesmeiros e posseiros conquistadores. Rapidamente, a região foi ocupada por fazendas de gado e pela lavoura de subsistência, dando origem a uma nova atmosfera social, composta por famílias de sertanejos criadores de gado *vacum* e cavalariço, e de agricultores, até 1890 esta era “uma sociedade rústica”.³⁷

A organização socioeconômica do Piauí, esteve em transformação utilizando-se da pecuária e da lavoura de subsistência, além da extração de látex de maniçoba *Manihot piauhyensis*, onde a situação em que se encontrava o Brasil na época do apogeu do cultivo da maniçoba, de quase monopólio da exportação, assegurou a manutenção de um nível extremamente alto dos preços na venda do produto, o que fez com que, cada vez mais pessoas se interessassem por esse trabalho e o Piauí recebeu uma grande leva populacional, e posteriormente a indústria de cal alavancou a economia da região.

O período que compreende o processo de exploração do látex da maniçoba foi um dos mais importantes do ponto de vista econômico e social para o estado do Piauí. Tal atividade começou a ser desenvolvida em meados do século XIX e permaneceu até o início do século XX, sendo responsável, durante 10 anos, por 62% da receita de exportação do estado e tendo

36 CHAVES, Monsenhor. Subsídio para a História do Piauí. 2ª Edição. FMC. Teresina. Piauí. 1952.

37 DIAS, Claudete Maria Miranda. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, Francisco A. do; VAINFAS, R. História e Historiografia. Recife: Bagaço, p. 71-95, p. 54, 2006.

seu auge de produção entre os anos de 1897 e 1913.³⁸ A população da cidade de São Raimundo Nonato teve um crescente aumento acentuado em 30 anos, passando de 5.997 habitantes em 1890 para 19.851 em 1920. O resultado se dá devido ao aumento da imigração de outros estados principalmente Pernambuco, Ceará, Bahia, Alagoas, por conta da exploração do látex da maniçoba.³⁹

A produção de cal na região, que se dava a partir da calcinação de rochas calcárias, teria se iniciado por volta dos anos 1950 com o intuito de suprir a demanda da região, e a comercialização era realizada por atravessadores.⁴⁰ Esta atividade econômica continuou relevante para a economia da região de São Raimundo Nonato até o início de 1990. Neste período a atividade sofreu uma série de denúncias por parte da arqueóloga Niède Guidon, pois, localizada nas adjacências do Parque Nacional Serra da Capivara, a prática ocasionava a destruição de sítios paleontológicos e de sítios arqueológicos de pinturas rupestre, tendo em vista que a atividade é baseada na extração de rochas e causava a destruição de paredes rochosos com pinturas rupestre.⁴¹

1.2. Ocupação Humana no Piauí: Nativos

As populações nativas que habitavam o Piauí no início do século XVIII, época da chegada dos colonizadores, faziam parte do grupo dos Tapuia e também Tupi, que ocupavam indiscriminadamente o litoral e os sertões.⁴² Até a chegada do colonizador viviam em comunidades, em harmonia com a natureza. As guerras e os rituais antropofágicos eram recursos utilizados naturalmente.

A colonização do Piauí pode ser considerada um evento tardio. A região é ocupada na segunda metade do século XVII, a partir do processo de expansão do gado nos leitos dos rios, e assim fundamentada no sistema jurídico das sesmarias.

38 QUEIROZ, Teresinha de J. M. Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

39 EMPERAIRE, L. 1987. Végétation et gestion des ressources naturelles dans la caatinga du sud-est du Piauí (Brésil) [Tese de Doutorado de Estado]. Paris: Université Pierre et Marie Curie, Paris VI. Federal de Pernambuco [não publicado].

40 AMARAL, A. M.; CASTRO, A. S.; FONTES, Mauro Alexandre Farias. A produção de cal na região do Parque Nacional Serra da Capivara: as caieiras enquanto sítios arqueológicos históricos. Tarairiú. Revista eletrônica do laboratório de arqueologia e paleontologia da UEPB, v. 1, p. 68-82, 2018.

41 CASTRO, Glecione Ribeiro de. Os assentamentos da reforma agrária no semiárido do Piauí. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História. São Raimundo Nonato-PI. 2015.

42 CASTELO BRANCO, Moysés. O índio no povoamento do Piauí. Teresina, Artes Geográficas, p. 9, 1984.

A primeira referência histórica acerca das populações indígenas data do relato do Padre Miguel de Carvalho, em 1696, na freguesia de Nossa Senhora da Vitória do Cabrobó⁴³, citando a existência de 36 “tribos” indígenas na região, A população indígena era de 369 mil pessoas naquela época, sendo reduzida pelo extermínio até a segunda metade século XIX.

A região que compreende hoje o Território Serra da Capivara, até o século XVII era geograficamente quase desconhecida, o que se sabia era da existência de três grandes lagoas que formavam o Sertão das Pimenteiras. A região se posiciona próxima ao vale do rio São Francisco e aparece também denominada de “Alto Sertão do São Francisco”.

Durante muito tempo, ouvimos não existir mais índios no estado do Piauí e em especial na região da Serra da Capivara. As narrativas escritas dão destaque ao extermínio, considerando o século XIX como marco do fim dos indígenas no estado do Piauí. Investigando as narrativas da tradição oral percebemos divergências entre narrativa oral e escrita.⁴⁴

A História oficial dos índios do Piauí, omite, esquece e silencia o papel dos indígenas na formação do Piauí, dando destaque apenas a visões dos colonizadores e religiosos. As narrativas enfatizam a violência e a selvageria praticada pelos povos tradicionais. Os indígenas passam a ser vistos como “outro”, povo de violência endêmica, matadores de gado e de gente, empecilho do progresso. No século XVII, iniciam-se os primeiros “preamentos” de índios; no século XVIII, disseminam-se o ódio coletivo para reprimir os indígenas; no século XIX oficializa-se o fim dos indígenas no Piauí; em nosso tempo usamos os documentos oficiais, documentos/monumentos dos “opressores” para ensinar a história dos “oprimidos”:

Quando se afirma que as populações indígenas estão em vias de desaparecimento ou já fazem parte do passado, utiliza-se frequentemente a palavra “extermínio”, decretando o fim de sua existência e de quaisquer possibilidades futuras. Outras vezes é apresentada uma visão conservadora, na qual a cultura indígena aparece ligada a uma tradição milenar, estabelecendo uma resistência absoluta que ignora as mudanças inerentes às relações humanas. Mesmo quando transformações culturais são percebidas, por vezes o índio é retratado como um mero remanescente que teve sua cultura destruída ou descaracterizada. Essas são posturas essencialistas, pois pensam o indígena como pertencente a uma cultura ideal e estática, ora como se as relações fossem – em uma perspectiva claramente reducionista – uma

43 Região que vai desde o Parnaíba até a Serra do Araripe, no lugar com o nome de 'Mocha', tomado de um riacho ali situado, formou-se uma povoação, com capela filiada à freguesia de Cabrobó, da Diocese de Pernambuco; BAPTISTA, J. G. Etno-história indígena piauiense. 2. ed. Teresina: APL; FUNDAC. 2009.

44 POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, p. 3-15. 1989

guerra contínua entre vencedores e vencidos, na qual ninguém se transforma. (WITTMANN, 2015, p.14).

O território piauiense está entre uma área de transição, de um lado a bacia do rio São Francisco, região de caatinga, do outro lado está a bacia amazônica. Os índios fugidos da Bahia, Pernambuco, Ceará e de outras regiões do nordeste colonizadas entre os séculos XVI e início do XVII, se refugiavam em terras piauienses. Transitavam entre o vale do São Francisco, vale do Parnaíba e vales da bacia amazônica. Monsenhor Chaves considera que:

Esta configuração determinou, sem dúvida, a transformação deste vasto território num corredor de migração para as tribos selvagens, que se deslocavam da bacia do S. Francisco e do litoral nordestino para a bacia do Amazonas e vice-versa. [...] Tupis, Tapuias e Caraíbas, em guerras e contínuas migrações, pisam o solo piauiense cruzando os dois sentidos. (CHAVES apud DIAS, 2010, p.42).

O primeiro ponto que problematizamos, refere-se a uma fala recorrente na historiografia piauiense, abordada também por Monsenhor Chaves, que dizia ser o solo piauiense habitado por inúmeros grupos indígenas, e vertiginosamente o número de habitantes ia aumentando, devido à fuga dos índios dos vales da Bahia e Pernambuco para os vales piauienses. Nos primeiros tempos da colonização os “índios fervilhavam como formigas nos vales dos rios do Piauí”. No fim do século XVIII e começo do XIX, praticamente não existiam mais. Em nosso tempo é recorrente a ideia de extermínio.

Embora, a discussão de extermínio seja recorrente dentro da historiografia piauiense, pensamos que os depositários de tais prerrogativas exageram nas falas, muitos até mesmo se tornam contraditórios, ou dão como verdades os documentos oficiais. Monsenhor Chaves, homem da igreja aparentemente buscava as contradições dos documentos oficiais, todavia, contradições referentes à importância dos indígenas na formação do Piauí, os índios ainda são vistos em sua narrativa, como sujeitos do passado.

Monsenhor Chaves, homem da igreja, envolto às particularidades de seu lugar de fala, por vezes toca no assunto ligado à política pombalina, mostrando seu descontentamento no que se refere a expulsão dos jesuítas. Chaves enfatiza que a perda da tutela dos jesuítas sobre os indígenas, encadeou a “sumária perseguição, moléstia e extinção “dos povos indígenas.

Os documentos utilizados por Chaves, por vezes documentos oficiais, ou pelo menos de homens ligados a postos oficiais, confirmam suas queixas.⁴⁵ Os primeiros governos do

45 SILVA, Déborah Gonsalves. Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888). São Luís, 2013.

Piauí forjaram o extermínio dos nativos: perseguiram, tomaram suas terras, torturaram e mataram os indígenas, por fim exterminaram sob o signo da escrita ocidental.

Chaves comenta sobre um levante dos indígenas contar os algozes homens brancos. Sob liderança de “Manu Ladino”, indígena catequizado por jesuítas, “tribos” indígenas se organizaram numa confederação, tendo êxito em alguns combates, porém sendo derrotadas e levando a morte de “Manu Ladino”. Em fuga o líder indígena morreu afogado quando tentava atravessar o rio Parnaíba. Depois da morte de “Manu Ladino”:

A guerra continuou, porém, encarniçada, no território piauiense, ainda durante alguns anos. Mas aquela fibra de ataque de nossos índios tinha sido quebrada em toda a linha. A ação enérgica, e muitas vezes desumana, dos mestres de campo e dos proprietários particulares de fazendas de gado, tinha aniquilado, definitivamente, as confederações de selvagens. Sucedem-se as reduções e os aldeamentos das tribos, umas vezes sob as ameaças armada dos mestres de campo e dos predadores de índios, outras vezes ao simples apelo pacífico dos missionários, ou de alguma autoridade compreensiva e humanitária que com eles negociava (CHAVES apud DIAS, 2010, p.51).

Em meados do século XVIII foram criadas leis que davam liberdade aos povos indígenas e ao governo a tutela desses povos. João Pereira Caldas, o primeiro governador do Piauí “encarregado por sua Majestade de proteger os índios contra os jesuítas, iniciou a sua gestão com um pedido singular: fazer uma guerra ofensiva aos seus protegidos. Em ofício de 1759 dizia que “algumas nações de gentio afligem incessantemente uma grande parte desta consternada capitania, assaltando fazendas, escalando as casas delas e matando toda a gente que encontram”.⁴⁶

Chaves chama atenção para “uma cláusula odiosa” das leis de 6 e 7 de julho de 1755. “Não permitireis, por modo algum, que os regulares (isto é, os jesuítas), que até agora se arrogaram o governo secular das ‘dítas aldeias, tenham nelas a menor ingerência”.⁴⁷ A cláusula abriu espaço para uma guerra contra o gentio, no confisco de terras, e perseguição de índios pernicioso para manutenção da coroa em terras piauienses.

Os índios não poderiam ser abertamente declarados como escravos por serem protegidos por uma série de regras e éditos decididos além-mar que estabeleciam quando e como poderiam ser legitimamente combatidos e de que forma poderiam ser economicamente explorados. Dessa forma, a insistência em se referir aos aldeados no Piauí em termos militares

46 CHAVES, Monsenhor. Subsídio para a História do Piauí. 2ª Edição. FMC. Teresina. Piauí. 1952.

47 Idem.

(desertores), os colocava sob a jurisdição da lógica militar mesmo quando estavam sendo explorados economicamente, como escravos.

O termo redução utilizado pelos jesuítas e pelos governantes da época, tem o sentido de diminuir a área de ocupação e perambulação desses grupos. A aplicação que foi dada ao termo pelos colonos após a saída das ordens eclesiásticas da questão indígena no Brasil foi modificada para dar conta dos empecilhos legais à sua escravização, implicando fortemente na sedentarização.

Nos anos de 1776, João do Rego ataca os Pimenteiras numa guerra que durou quase dez anos, de idas e vindas, com várias excursões contra os perniciosos Pimenteiras, moradores do Sertão das Pimenteiras, a região mais desconhecida pelos predadores de índio. Chaves diz que os Pimenteiras “serão totalmente destroçados em 1783”. O governo do Piauí diz que a partir de 1815 não existe mais índio no território piauiense.⁴⁸

Há farta documentação referente aos Pimenteiras, são o grupo indígena mais citado em documentos referentes aos dois primeiros governos do Piauí, quase sempre os remetendo como excursionista dos vales do Piauí e depredadores de currais.⁴⁹ As “tribos mais agressivas” foram apagadas ou expulsas do território piauiense. As mais “fracas” se adaptaram à convivência com o colonizador, disso resultou a razão de mestiçagem, que é a base da característica étnica da região.⁵⁰

Quando em 1759, marquês de Pombal expulsa os jesuítas, a principal voz destoante da política predatória contra os indígenas, nenhum outro projeto ou grupo se opunha a política predatória. Os indígenas se manifestavam por rebeliões e hostilidades. “Debate-se a partir do fim do século XVIII e até meados do século XIX, se se devem exterminar os índios “brabos”, “desinfestando” os sertões”.⁵¹ Depois de instalada a capitania em 1759 somente os grupos indígenas: Gueguê, Acroá e Pimenteiras continuavam a percorrer o território. Apenas os

48 Nos séculos, XVIII e XIX, o Sudeste do Piauí era uma área onde existiam muitas lagoas. Alguns autores informam que na região Sudeste do Piauí havia uma lagoa chamada pimenteira; daí surgiu o nome daquela área e dos povos indígenas que lá habitavam. Acredita-se que essa lagoa está situada no atual município de Caracol, um dos municípios do Parque Nacional Serra das Confusões. CHAVES, Monsenhor. Subsídio para a História do Piauí. 2ª Edição. FMC. Teresina. Piauí., p.36. 1952.

49 NUNES, Odilon. Pesquisas para a história do Piauí. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

50 CHAVES, Monsenhor. Subsídio para a História do Piauí. 2ª Edição. Teresina. Piauí: FMC, p. 23. 1952.

51 SILVA, Déborah Gonsalves. Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888). São Luís, 2013.

Pimenteiras estavam em guerra com os colonizadores. Os demais grupos encontravam-se aldeados, dispersos ou dizimados.⁵²

Dados de 2010, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) mostram que 2.944 mil pessoas se autodeclararam como indígenas no Piauí. Nos últimos anos, três etnias indígenas lutam pelo reconhecimento como grupos étnicos. São eles, os Codó Cabeçudo, em Pedro II, os Tabajaras em Piripiri e os Cariris em Queimada Nova. Em São Raimundo Nonato foram 77 pessoas autodeclaradas indígenas. Os dados oficiais do IBGE, contribuem para a afirmativa que os indígenas do Piauí resistiram a violência tanto física quanto simbólica, sofrida por eles, durante o transcorrer da história. O “ressurgimento” de povos indígenas é visto por muitos como criação de falsos índios. O que muitos desconhecem é que os indígenas podem se reconhecer com tal, por uma questão genética ou cultural.

Os Dias-Marrecas são os descendentes mais diretos dos indígenas que habitaram a região do vale do rio Piauí. O nome Dias-Marreca vem da união entre uma indígena por nome Marreca e um homem branco por nome Manoel Dias Soares. A união entre os dois ocorreu no século XVIII, Manoel Dias Soares era filho do cabo José Dias Soares, responsável pela colonização e foi um dos responsáveis pela guerra contra os índios Pimenteiras, habitantes do vale do rio Piauí. O conflito entre indígenas e colonizadores, resultou no sequestro de Manoel Dias Soares pelos índios Pimenteiras. Manoel Dias Soares tinha 14 anos quando foi sequestrado, “este desapareceu nas matas por tanto tempo que todos o supunham morto” como medida de vingança dos indígenas. “Após quarenta anos, quando ninguém mais o esperava, apareceu Manoel Dias trazendo à frente uma rédua de dez ou doze filhos gerados na índia de nome Marreca, da tribo dos Pimenteiras”. Em seu retorno Manoel Dias Soares não se adaptou aos costumes e convívio de sua família branca, devido a isso, seus parentes brancos acomodaram-no, juntamente com seus filhos e a mulher, a índia Marreca, em uma das fazendas de José Dias Soares.⁵³

A família de sobrenome Dias-Marreca, vive espalhada principalmente pelas zonas rurais das cidades de Caracol e Jurema, há os que vivem na zona urbana de Caracol e São Raimundo Nonato. Os traços étnicos da família Dias-Marreca, percebe-se uma mistura entre o índio e o negro. Os documentos do século XVIII já relatavam a união étnica entre índios e negros, fugidos de fazendas da região.

52 CUNHA, Manuela Carneiro. Da Índios no Brasil: história, direitos e cidadania / 1a ed. — São Paulo: Claro Enigma, 2012, p.134.

53 (DIAS, 2003, p.104).

Conforme Relatório 254 da FUMDHAM, provavelmente os remanescentes indígenas da família Dias-Marrecas são contemporâneos dos “Homens da Capivara” que habitavam a região a cerca de 110.000 mil anos atrás. Essa análise, segundo o relatório, pode-se fazer observando as características morfológicas dos fósseis encontrados na região da Serra da Capivara com os Dias-Marrecas.⁵⁴

Não se pode ignorar a presença desse grupo. A cerâmica é elemento que permite associar esses grupos desde a Pré-história. Outros grupos, existentes na proximidade do Parque Nacional Serra da Capivara, poderiam estar relacionados à Pré-história desse vasto território, do Sudeste do Estado do Piauí. Existiram 15 grupos indígenas distintos na região Sudeste do Estado do Piauí, são eles: *Acoroá, Araiê, Acumê, Amoipira, Coripó, Gueguê, Jaicó, Kamakã, Okren, Pimenteira, Tapacuí, Tamaquim, Xerente, Xikriabá e Prassuniú*. O maior problema é a falta de informação que existe sobre esses grupos, há muita documentação que precisa ser vista e revista com um olhar de arqueólogo, ou seja, em busca de dados que permitam fazer relações com os vestígios da cultura material, levando em consideração, elementos que permitam refletir sobre os grupos humanos que povoaram essa região desde a Pré-história.⁵⁵

Os gestos indicados em cenas de dança pintadas nos abrigos do Parque Nacional Serra da Capivara, nos fazem pensar numa continuidade de um rito por pelo menos 12 mil anos, passando dos autores da Tradição Nordeste até os índios *Kraô*s. Composições pictóricas formada por figuras geométricas interligadas parecem representar a distribuição das casas em uma aldeia indígena, de forma elíptica, também característica dos Grupos Indígenas *Jê*.⁵⁶

As aldeias escavadas e estudadas, no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, não deixam dúvidas sobre a presença de grupos ceramistas, inclusive com habilidades pictóricas aplicadas na realização da decoração das diferentes peças de cerâmica. Destaca-se a Aldeia da Queimada Nova situada no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, nela foram evidenciadas manchas de terra preta correspondendo ao fundo de cabanas. As casas eram de forma elíptica, aproximadamente 11, e tinham um tamanho que variava entre 12,0m e 20,0m, dispostas em um perímetro circular. No interior do grande círculo, estavam duas ou

54 (BUCO p. 115, 2012).

55 Segundo pesquisa de Ana Stela N. de Oliveira (2007)

56 A Tradição Nordeste se diferencia como um dos maiores conjuntos de pinturas da pré-história brasileira. A apresentação da composição dos grafismos reconhecíveis, as realizações técnicas, as escolhas e caracterização das temáticas, inclusive cenas de guerra, podem trazer reflexões da compreensão dos indivíduos de uma comunidade ou de determinados grupos. Grupo *Jê*, falantes da língua Timbira (MELATI, 1978).

quatro casas menores, que provavelmente estavam relacionadas às cerimônias. Para esse sítio foi obtida uma datação C14 de 1690 +/- 110 BP e foram encontradas uma grande quantidade de vestígios da cultura material, como cerâmica utilitária, peças líticas de pedra lascada e pedra polida, discos, tembetás e cachimbos.⁵⁷

Retornando à discussão dos povos indígenas, no Brasil, na época do contato, os povos indígenas falavam centenas de línguas diferentes. Essas línguas foram agrupadas em famílias, e em troncos, existindo três principais, o *Tupi*, o *Macro-Jê* e o *Aruaque* e muitas línguas que não foram classificadas em grupos. Atualmente, na região Nordeste do Brasil, com exceção dos *Fulni-ô*, de Águas Belas (Pernambuco), os grupos indígenas não falam mais a sua língua, resultado de um longo processo de aculturação. A História registrou que, no Nordeste, nos primeiros séculos da colonização, existiam povos que falavam línguas ligadas ao tronco Tupi (*Tupinambás*, *Tupinaés*, *Potiguares*, *Tabajaras*), e os *Tapuias*, aqueles que falavam diversas línguas diferentes, algumas relacionadas ao tronco *Macro-Jê* (*Kariri* e *Fulni-ô*). De modo geral, no momento da colonização, os índios falantes da língua Tupi se encontravam mais no litoral e os Tapuias mais no interior, genericamente passou-se a chamar os “não falantes” da língua Tupi de Tapuias, encontrando, portanto nessa denominação, povos de culturas bastante diferentes.⁵⁸

No Piauí, atualmente não existe grupo indígena, foram todos dizimados, porém informações históricas mencionam diferentes grupos nesse território: O grupo mais citado, na documentação do Arquivo Público do Piauí, associada à região do Parque Nacional Serra da Capivara, localizado a partir da segunda metade do século XVIII e em guerra com o colonizador, são os índios Pimenteira, tribo que ocupava um vasto território entre o rio São Francisco, alto Piauí e alto Gurguéia. Os Pimenteira são considerados Caraíbas, índios vindos das cabeceiras dos rios Tapajós e do Xingu.⁵⁹

Os Pimenteira foram considerados pelos colonizadores como caboclos, no sentido de já terem adotado diversos hábitos e costumes dos católicos, como os modelos das casas e o fato de os colonizadores terem encontrado, nas aldeias, contos de rezar e imagens relacionadas à religião católica. Pela característica da cultura material encontrada, o contato com o branco havia provocado mudanças no grupo, incorporando novos valores e modos de vida. Pode-se afirmar, então, que o grupo já havia passado por um processo de integração com a incorporação de elementos culturais estranhos aos seus; visíveis no modo de vestir, na construção das casas, na fabricação de armas e

57 (BUCO, p. 162, 2012). (MARANCA, 1976a, 1991a, 1991b)

58 (GUIDON et al. 2002)

59 (GUIDON 1975, MARTIN 1999, OLIVEIRA 2007a). Segundo Estevão Pinto (1938)

em costumes como a domesticação de cachorros, utilizados para proteger a aldeia (OLIVEIRA 2007a: 75,76).

Nas duas aldeias abandonadas foram encontrados “Aió” ver figura 02, objeto comum ainda nos dias de hoje no sertão nordestino, cacos de cerâmica, descritos como panelas e, mãos de pilão.⁶⁰

FIGURA 02- Aió - espécie de bolsa de caça trançada com fibras de caroá ou cipó



Fonte: Arquivo pessoal do autor. 2019.

60 (OLIVEIRA 2007).

CAPITULO II: A “DESCOBERTA” DA SERRA DA CAPIVARA

2. 1- As pesquisas na região nos anos 1970 e 1980

“Em boa verdade, conscientemente ou não, é sempre às nossas experiências cotidianas que, em última análise, vamos buscar, onde for necessário, as matrizes de novas tintas, os elementos que nos servem para a reconstituição do passado.”

BLOCH, M.

Nos anos 70 do século XX, iniciaram-se os primeiros estudos arqueológicos na região que abrange o Sudeste do Piauí, eles resultaram de uma parceria entre os governos do Brasil e da França, conhecida como Missão Franco-Brasileira no Piauí, sob coordenação da arqueóloga Niède Guidon.

Guidon é paulista, nascida na cidade de Jaú interior do estado de São Paulo, filha de Ernesto Francisco de origem francesa e Cândida que morreu quando Niède tinha 6 anos de idade. Guidon em Entrevista ao Autor (11/2018), expõe que desde muito nova tinha interesse pela natureza e isso a levou a cursar História natural na Universidade de São Paulo-USP, em 1959. No mesmo ano fez concurso e começou a trabalhar como professora da secretaria de educação do estado de São Paulo e, posteriormente, foi transferida para o Museu do Ipiranga ligado à Universidade de São Paulo-USP, a pedido de Paulo Duarte. Segundo Guidon em entrevista no dia 16 de novembro de 2018, ela não conhecia muito sobre arqueologia, então solicitou ao secretário de educação do Estado de São Paulo afastamento para fazer especialização em Arqueologia, sendo que na época as opções eram Inglaterra ou França, assim ela optou pela França e se especializou em Pré-História na Université de Paris IV-Sorbonne sob orientação de Anette Laming Emperaire, concluindo em 1962. Ao regressar ficou responsável pela seção de Etnografia do Museu.

No ano de 1963, em uma exposição sobre as pinturas rupestres de Minas Gerais - até então únicas pinturas rupestres estudadas no Brasil - organizada pela USP, no Museu do Ipiranga, em São Paulo, um senhor da cidade de Petrolina-PE, solicitou uma conversa com a responsável pela exposição e mostrou-lhe uma foto de pinturas rupestres, indicando que se encontravam no Piauí, em uma cidade próxima a Petrolina-PE. A arqueóloga Niède Guidon interessou-se pelo tipo de grafismo das pinturas rupestre da região devido principalmente suas características únicas. Diz-se que ela ficou tão impressionada com as fotos que, em dezembro daquele ano, organizou uma viagem, juntamente com Guglielmo Rossi (executivo

dinamarquês amigo de Guidon), à cidade de São Raimundo Nonato-PI, no sudeste do estado do Piauí, para ver as pinturas com os próprios olhos (MARANCA, 2002, p. 5), no entanto, como a principal via de acesso ao município ficou intrafegável devido às cheias do rio São Francisco a arqueóloga teve que voltar. Planejou sua volta para o ano seguinte, 1964, mas teve de deixar o Brasil às pressas, após ser alertada por um amigo da família de que os militares suspeitavam que ela participava, como militante, de movimentos políticos de esquerda na USP. Estava na mira do regime militar e seria presa. Refugiou-se na França (MARANCA idem).

Em 1970, o governo francês organizou uma expedição arqueológica aos territórios índios de Goiás no Brasil (Idem). Niède era, então, professora da École des Hautes Études em Sciences Sociales, pesquisadora do Centre National de La Recherche Scientifique (CNRS), em Paris, e assistente da arqueóloga francesa Annete Emperaire coordenadora da expedição, que estudava os vestígios do homem mais antigo das Américas. Emperaire tinha muito interesse na região de Lagoa Santa, nos arredores de Belo Horizonte, onde se acreditava estarem os resquícios mais antigos de ocupação humana em terras brasileiras. Ao concluir a expedição em Goiás, Guidon decidiu visitar o Piauí e convidou Silvia Maranca e Águeda Vilhena de Moraes, do Museu Paulista-USP. Maranca observou que Guidon tinha conseguido o equivalente a CR\$15.000,00 junto ao CNRS da França para a viagem e partiram em uma Rural Willys, segundo ela, o único carro que poderia chegar à região. Chegaram em São Raimundo Nonato, a pequena cidade do sudeste do estado do Piauí, com centro urbano de característica rural.

Segundo Guidon em Entrevista ao Autor (11/2018), nos primeiros anos de pesquisa a sua equipe ficou hospedada no povoado de Várzea Grande zona rural de São Raimundo Nonato-PI (atual município de Coronel José Dias) em uma pensão na rodovia que liga Brasília a Fortaleza, onde foram bem recebidos por D. Delfina e Sr. Durval. Estes indicam o Sr. João Batista Dias (Joãozinho da Borda), Nivaldo de Oliveira Coelho e Sr. Nilson Parente Alves, para serem os primeiros guias da equipe. Eles eram caçadores e maníobeiros, e conheciam várias “tocas” com pinturas rupestres. Acompanharam a sua equipe aos sítios, deixando-os maravilhados com a composição e forma das pinturas da região.

Nesse primeiro contato, em 1970, foram identificados e fotografados cerca de sete sítios, todos com pinturas rupestres. Guidon, Maranca e Àgueda, buscaram apenas fotografar e mapear os sítios, como expressa Maranca (2002), em seu relatório:

“Fomos ao Piauí na intenção de verificar a veracidade das fotos, quando chegamos encontramos muito mais do que o esperado, então tratamos de fotografar os sítios que íamos encontrando para tentar conseguir recursos para voltar posteriormente...” (MARANCA. p.1. 2002).

Niède Guidon, em Entrevista ao Autor (11/2018), lembrou que ao observar as pinturas rupestre na região elas ficaram maravilhadas com a quantidade de pinturas em um mesmo sítio, bem como pela perspectiva presente nas imagens. Na figura 03, percebe-se no plano da imagem Maranca, Guidon e um dos guias locais que acompanhou a equipe durante o trabalho de reconhecimento e devidas documentações dos materiais arqueológicos.

FIGURA 03: Maranca, Aguida e João da Borda durante pesquisa em 1970



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

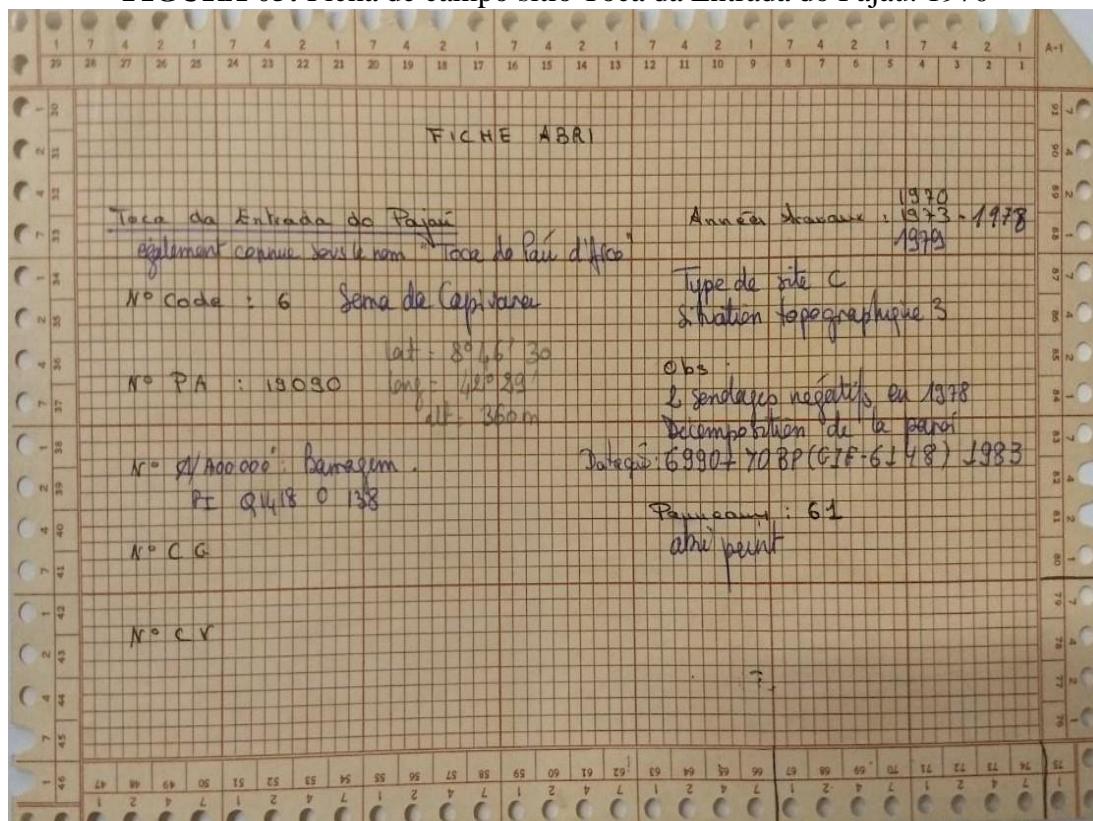
FIGURA 04: Mapa dos primeiros sítios pesquisados na região da Serra da Capivara



Fonte: Google Earth com modificações nossa.

A tabela 01, mostra a relação dos sítios fotografados em 1970, e os materiais encontrados em cada um deles em pesquisas posteriores.

FIGURA 05: Ficha de campo sitio Toca da Entrada do Pajau. 1970



Fonte: Arquivo da FUMDHAM.

Vale ressaltar que esse primeiro momento de contato de Guidon com os sítios arqueológicos, durou apenas cerca duas semanas, onde foram fotografados e mapeados os sítios, e feito o registro em fichas (ver fig. 05).

TABELA 01: Relação dos primeiros sítios pesquisados na região da Serra da Capivara.

Primeiros Sítios pesquisados																			
N	NOME	P	G	C	L	OH	HIST	Pre-HIST	SD	E	AI	AD							
1	Paraguaio (Toca do)	X	X	X	X	X	X	X	X	X	1970/1973/ 1975/1978/1979 1980/2007	1970							
2	Entrada do Baixão da Vaca (Toca da)	X			X			X			1970/1973/1978 1979/1983/1986	1970							
3	Grande da Areia (Toca)	X			X			X			1970/1973 1979/1979	1970							
4	Barro (Toca do)	X			X			X	X		1970/1978/1979	1970							
5	Pajau (Toca do)	X						X			1970/1973 1978/1979	1970							
6	Entrada do Pajau (Toca da)	X			X			X			1970/1973 1978/1979	1970							
7	Pequena da Areia (Toca)	X						X			1970	1970							
Legenda do material encontrado																			
P= Pintura Rupestre		G= Gravura Rupestre		C= Cerâmica		L= Litico		OH= Ossos Humanos		SD= Sondagem		E= Escavação		AD= Ano de descoberta		HIST.= Histórico		AI= Ano Intervenção Arqueológica	

Fonte: Dados do Arquivo da FUMDHAM. Produção nossa.

Um dos sítios estudado nesse primeiro momento foi a toca da Entrada do Pajaú. Podemos observar na figura 06 que o sítio é composto por figuras da tradição nordeste.

FIGURA 06: Sítio Toca da Entrada do Pajaú, Parque Nacional Serra da Capivara, PI.



Fonte: Rocha. J. C. Arquivo Pessoal, 2018.

O sítio Toca da Entrada do Pajaú, também denominado de Pau d'arco, descoberto em 1970, é um abrigo sob rocha⁶¹ arenítica que apresenta camadas de seixo. Situa-se na Serra da Capivara, nas coordenadas UTM 23L 777138 UTM N 9029452 em uma altitude de 507,0 m, na alta vertente. Possui orientação E-W, abertura N e uma área de 243,10 m². O abrigo apresenta pinturas na cor vermelho médio da Tradição Nordeste, Estilo Serra da Capivara, ocupando uma superfície pictural de 21,45 m².

Um outro sítio que foi analisado e fotografado no primeiro contato dos arqueólogos foi o Sítio Toca da Entrada do Baixão da Vaca. É um extenso abrigo sob rocha constituído de arenito fino e conglomerado. Localiza-se no topônimo Serra da Capivara, entre as coordenadas UTML27 776095 e UTM N 9028871, inserido topograficamente na alta vertente, a 430 metros de altitude, com a dimensão de 1330 m² (Fig. 07).

⁶¹ Abrigo sob rocha é um local que oferece proteção contra a chuva, o vento etc., ou contra qualquer perigo.

FIGURA 07: Sítio Baixão da Vaca



Fonte: Rocha. J. C. Arquivo Pessoal, 2018.

O sítio Toca do Paraguaio (figura 08) descoberto em 1970 é um abrigo sob rocha formado por conglomerados e arenitos com intercalações de sítios. Localiza-se na Serra da Capivara nas coordenadas UTM 23L 776169 UTM N 9028058 em uma altitude de 441m, na média vertente. Possui orientação N-S e abertura S e ocupa uma área de 655.6 m². A parede rochosa do abrigo apresenta forma tabular com nítido acamamento, predominando a cor bege avermelhada e acinzentada.

FIGURA 08: Sítio Toca do Paraguaio, Parque Nacional Serra da Capivara, PI.



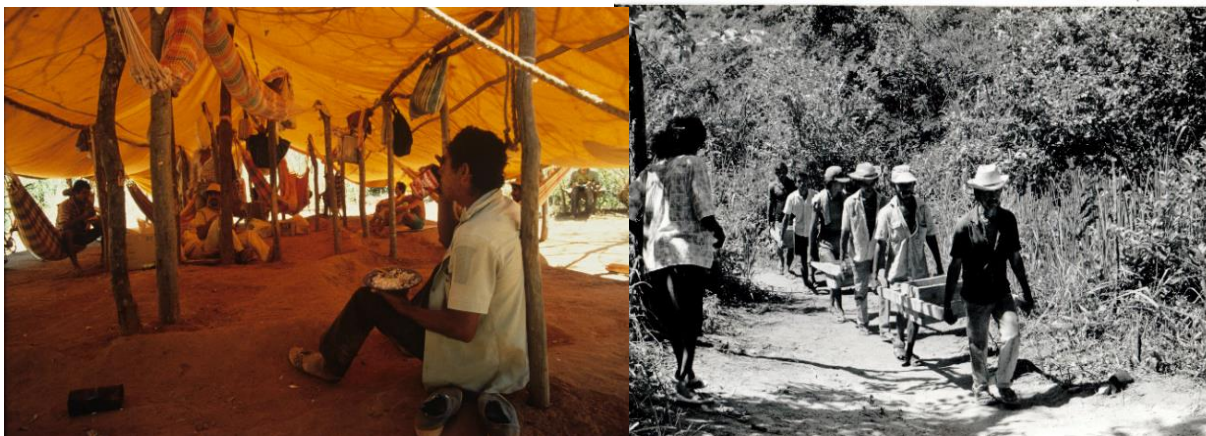
Fonte: Rocha. J. C. Arquivo Pessoal, 2018.

É um abrigo sob rocha formado por conglomerados e arenitos com intercalações de siltitos, estando às pinturas rupestres localizadas tanto no paredão de arenito como nos conglomerados, as mesmas variam de vermelho médio, claro e escuro, pertencentes à Tradição Nordeste e Agreste⁶². É dividido em dois setores um alto e outro baixo, os dois apresentam pinturas rupestres. Em 1978 foi realizada uma escavação, onde foram encontradas no setor alto duas sepulturas denominadas de sepultura 1 datada em 7.000 ± 100 anos BP e sepultura 2 datada em 8.670 ± 120 anos BP, junto aos esqueletos foram encontradas peças líticas, como rapadores, furadores, machados, mão de pilão.

A vegetação do entorno é do tipo caatinga arbórea arbustiva. Pode-se destacar algumas espécies como o angico de bezerro, o pau d'arco, o rompe gibão, o oitizeiro e algumas vegetações rasteiras, entre outras.

No sítio Toca do Paraguaio, a atuação da erosão é pouco perceptível, porque o entorno do mesmo é formado por vegetação arbórea de grande porte, diminuindo o impacto do vento sobre a rocha e até mesmo pelo fato de a superfície ser praticamente desprovida de solo, nela aflorando a rocha.

FIGURA 09: Acampamento durante a pesquisa de 1989 e deslocamento da equipe em 1973, Parque Nacional Serra da Capivara, PI



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

2.2 - Demarcação dos sítios arqueológicos

Os levantamentos sistemáticos e a delimitação de sítios exigem tempo e custos consideráveis.

⁶² A Tradição Agreste é caracterizada pela predominância de grafismos reconhecíveis particularmente da classe das figuras antropomorfos, sendo raros os zoomorfos e pela ausência de movimento na composição das cenas.

O Boqueirão da Pedra Furada é um museu-sítio da pré-história com registro rupestre de cerca de 29 mil anos. Paredão em arenito ao longo de um vale a uma altitude de 440 m. relevo de encosta negativo. O geossítio está situado numa área de beleza cênica espetacular com cânions, escarpas, fundos de vales, planícies e uma vegetação de caatinga exuberante, com o elemento paisagístico espetacular e que dá nome ao boqueirão, o sítio arqueológico da Pedra Furada. Exposição da Formação Ipu, com arenitos, arenitos conglomeráticos e conglomerados suportado por clastos predominantemente quartzosos com leve imbricação. Estratificação horizontal de leitos longitudinais, depósitos residuais e de peneiramento típicos de deposições continentais Fúlvio-glaciais do Siluriano (LIMA FILHO e VALENÇA, 2005).

O sítio Boqueirão da Pedra Furada, Parque Nacional Serra da Capivara, escavado no período de 1978 até 1988, forneceu uma coluna cronoestratigráfica, composta por 47 datações de carvões (C14) entre 50.000 anos BP. (GIF 9019) e 6.150 anos BP (GIF 8108) (FELICE 2002, p. 147). A ocupação humana está associada a presença de fogueiras estruturadas e líticos dispersos nas diversas camadas arqueológicas. Tendo como os principais pesquisadores no sítio Boqueirão da Pedra Furada GUIDON 1978 a 1989, 1991; 1993; DELIBRIAS 1985 a 1986; ARNAUD 1991; PARENTI 1993, 2001; FELICE 2002.

Toca do Sítio do Meio, Paredão rochoso de arenito e finas camadas de siltito na costa da Serra Talhada. Neste sítio foram encontrados e datados produtos da atividade humana desde o Pleistoceno final, passando pelo Holoceno até os dias atuais, o que confere a esse abrigo uma importância extraordinária para a Arqueologia mundial (pedra polida com 9.200 anos e cerâmica com 8.960 anos). Localizado na Serra Talhada, 460,0 m de altitude, é um abrigo sobre rocha arenítica, com cimento areno-ferruginoso, no sopé da encosta com datações de carvão extraídos de fogueiras de 12.440 e 14.430 anos. Abrigo formado como resultado da ação erosiva produzida pelo rio que descia até o boqueirão e passava em frente ao abrigo. Presença de estratificação cruzada de pequeno porte, com níveis de siltito cujo contato com o arenito conglomerático sobrejacente é marcado por um nível de conglomerado granodecrescente. Presença de pequenos cristais de granada no arenito. Melo (2004) infere, a partir de dados estratigráficos neste sítio, que a região do Parque foi submetida a processo de mudança climática antes do Pleistoceno final.

FIGURA 10: Transcrição das figuras rupestres em 1988, por moradores locais treinados pela FUMDHAM para o serviço técnico, Parque Nacional Serra da Capivara, PI.



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

FIGURA 11: Niède Guidon em trabalho de escavação no final da década de 1980.



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

2.3 - Formação de coleções

As coleções arqueológicas estão na gênese da história da arqueologia no sudeste do Estado do Piauí, onde o Parque Nacional Serra da Capivara é hoje um santuário cultural da pré-história que concentra o maior número de sítios com pinturas rupestres do mundo que, na atualidade, somam em torno de mil sítios de pinturas e gravuras, além de 292 sítios catalogados como aldeias, cemitérios, acampamentos temporários e oficinas líticas e cerâmicas. Pelo valor cultural desse acervo o Parque foi declarado Patrimônio Mundial da Humanidade pela UNESCO, em 1991, em reconhecimento à riqueza e singularidade dos seus sítios arqueológicos.

A partir de 1973, data em que foi realizada a primeira missão arqueológica organizada pelo Centre National de la Recherche Scientifique, da França, sob a direção de Niède Guidon, as pesquisas têm continuado, sistematicamente, durante mais de três décadas demonstrando-se a grande importância do patrimônio pré-histórico da região.

A multiplicidade de biomas e ecossistemas que, caracteriza as zonas geologicamente fronteiriças, ofereceu aos grupos humanos pré-históricos abundantes recursos naturais. Nos começos, foram grupos de caçadores não especializados, possuidores, apenas, de precária tecnologia lítica, adaptados a um ambiente completamente distinto ao atual, com bons recursos hídricos e fauna abundante e diversificada. Essa diversidade favoreceu o desenvolvimento cultural dos povos pré-históricos que ali viveram desde o Pleistoceno Superior até o desaparecimento das nações indígenas, dizimadas a partir do século XVIII pela ocupação da região, pelos portugueses.

FIGURA 12: Exposição de parte do material encontrado no PARNA Serra da Capivara na cidade de São Raimundo Nonato-PI em 1990.



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

Os pesquisadores que participavam do programa binacional (França-Brasil) de pesquisas, em desenvolvimento desde 1970 no sudeste do Piauí, decidiram criar, em 1986, uma Fundação privada, de caráter científico, entidade civil sem finalidades lucrativas. Segundo seu estatuto uma das principais finalidades era dotar o grupo de uma flexibilidade administrativa, única maneira de escapar da burocracia e ao gigantismo que causa entraves ao desempenho operativo das equipes de pesquisas, ligadas geralmente as Universidades e grandes institutos.

Ainda segundo as definições do estatuto da FUMDHAM, as suas finalidades eram manter em São Raimundo Nonato as coleções que resultaram das pesquisas interdisciplinares realizadas na região desde 1970, com o objetivo de difundir os resultados dessas pesquisas

através de exposições, conferências e audiovisual que deverão revestir-se de caráter educativo.

Em 1990, a partir de uma cooperação com o Ministério da Educação e do Ministério da Cultura, iniciaram a construção do Museu do Homem Americano, um módulo de 3.700 metros quadrados com exposições permanentes.

Os trabalhos de preservação do Parque Nacional Serra da Capivara e dos sítios arqueológicos consistem em uma ação conjunta do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade–ICMBio, o IPHAN e da FUMDHAM. O Parque conta, ainda, com apoio financeiro de outras instituições, como a Petrobrás, Grupo Abengoa e Banco BNDES.

O Parque dispõe de infraestrutura para visitação, com um total de 126 sítios arqueológicos abertos ao público; passarelas e guarda-corpo; 30 guaritas de entrada com guarda permanente, sendo 9 abertas ao público, rádio de comunicação e toaletes; um Centro de Visitantes com auditório com capacidade para 50 pessoas, exposição de fósseis de animais pré-históricos da região, loja de souvenirs, e uma lanchonete; 300 km de trilhas de piçarra, com canaletas para escoamento de água, e, em sua maioria, liberadas para carros pequenos; mais de 100 km de trilhas para pedestres; placas de sinalização e placas interpretativas (em alguns sítios); e cerca de 16 sítios são considerados, pela FUMDHAM e pelo IPHAN, adaptados para deficientes físicos ou com mobilidade reduzida (FUMDHAM, 2010).

Hoje, infere-se que a entrada do *Homo sapiens* para o continente americano se fez em vagas que, saindo de diferentes lugares, seguiram diferentes caminhos em períodos distintos (ARAÚJO et al. 2008; ARAÚJO e FERREIRA, 1996, 1997; BUSTAMANTE e FREITAS, 2008; GUIDON, 2008b; HUBBE et al. 2011; LAHR e SOUZA, 2006; MONTENEGRO et al. 2006; MOORE e STORTO, 2002; NEVES 2006; PARENTI et al. 1999; SANTOS F. e TARAZONA-SANTOS, 2002).

Discutiremos sobre algumas pesquisas paralelas e ao mesmo tempo correlatas cujas evidências arqueológicas associadas às distintas áreas do conhecimento científico estão permitindo confirmar a diversidade populacional pré-histórica e atual, assim como pensar e inferir, outras entradas no continente americano para além da teoria clássica do povoamento pela Beringia, como única passagem entre o Pleistoceno e o Holoceno.

A pesquisa parasitológica nos indica que a infecção por *Trichuris trichiura* distribuiu-se tanto na América do Sul, quanto na América do Norte no período pré-colombiano (REINHARD et al. 1987; FERREIRA et al. 1980, 1983, 1989). A ancilostomose foi encontrada apenas na América do Sul, bem exemplificado pelos coprólitos do Sítio do

Boqueirão da Pedra Furada, onde *Ancilostoma duodenalis* foi encontrado, analisado e datado em 7.230 +/- 80 BP (FERREIRA et al. 1987).

Ambos não teriam mantido seu ciclo de transmissão sob temperaturas muito baixas, os ovos embrionados resistem apenas 20 dias a 0° C, mas só conseguem tornar-se infectantes sob temperaturas superiores a 15° C (SKRJABIN et al. 1970), a infecção humana por ancilostomídeos que transmite-se de hospedeiro à hospedeiro, com estágios larvares obrigatoriamente evoluindo no solo, sob condições específicas de temperatura e umidade que, em condições ideais, dá-se entre 25° a 30°C (ARAUJO e FERREIRA, 1996).

Esses estudos, nos levam a indagar questões sobre, como e por onde essa infecção chegou até os ocupantes da região do Parque Nacional Serra da Capivara, dado o fato que esses parasitas não resistem às temperaturas frias, associadas à passagem pelo Estreito de Behring.

Os dados da paleoparasitologia nos fazem pensar em contatos transmarítimos, não necessariamente de intensos, ou numerosos movimentos migratórios, mas caminhos além das temperaturas frias entre Sibéria e Alasca, ficando evidente a possibilidade de navegação existir há mais de 7.200 anos (ARAUJO et al., 1988; ARAUJO e FERREIRA, 1996; ARAUJO et al., 2006; MONTENEGRO et al., 2006).

Pesquisa sobre a origem e difusão das plantas também servem para inferir a migração e contatos culturais daquelas populações humanas que as cultivaram no Brasil em épocas remotas. São os estudos genéticos (FREITAS 2001 e GOLOUBINOFF, 1993) que indicam que na América existiram duas migrações distintas associada à propagação do milho. Há cerca de 5 mil anos, um grupo migratório teria saído do que hoje é o México levando o tipo mais simples de milho e se fixado na Cordilheira dos Andes e, 3 mil anos atrás, outra corrente teria saído da mesma região em direção as terras baixas da América do Sul, trazendo a variante mais complexa (FREITAS. 2003, p. 46)

São diferentes pesquisas, de distintas áreas, colaborando com a teoria das múltiplas entradas povoando o continente americano.

Analisando elementos similares incluídos nos conhecimentos tanto da evolução biológica (morfologias cranianas, ancestralidade materna - DNA mitocondrial e, ancestralidade paterna - cromossomo Y) como da evolução cultural (estudos linguísticos e arqueológicos), as teorias não são consensuais (SANTOS, 2008).

Estudos de antropologia física, com ênfase na morfologia craniana, associados aos dados arqueológicos, nos levam a crer que, houve duas entradas nas Américas de dois grupos distintos, um primeiro grupo, mais antigo com características africanas que teria desaparecido

totalmente sem deixar descendentes e, outro grupo, com características físicas dos povos mongoloides, traços observados até hoje entre tribos indígenas do nosso continente, mais recente, entre 10 e 9 mil anos atrás, grupos mais adaptados ao frio da Sibéria (HUBBE et al. 2007, 2011; NEVES e HUBBE 2008).

Recentemente, a morfologia de cinco crânios humanos oriundos da Serra da Capivara, datados do Holoceno Antigo e Tardio foram estudados numa perspectiva comparativa. O grupo formado por Coqueiros e Paraguaio 1 mostra clara afinidade com australo-melanésios e africanos atuais; enquanto que o grupo formado por Caboclos, Gongo e Paraguaio 2 mostra grande afinidade morfológica com os asiáticos e índios americanos atuais. (BUCCO, 2012).

Na Toca do Paraguaio houve a presença dessas duas morfologias, o fato de terem sido encontrados em proximidade de contexto estratigráfico, datado de 8,5 e 8,8 Kyr BP, confirma uma ocupação conjunta de grupos distintos e origem diversas (BERNARDO e NEVES, 2009).

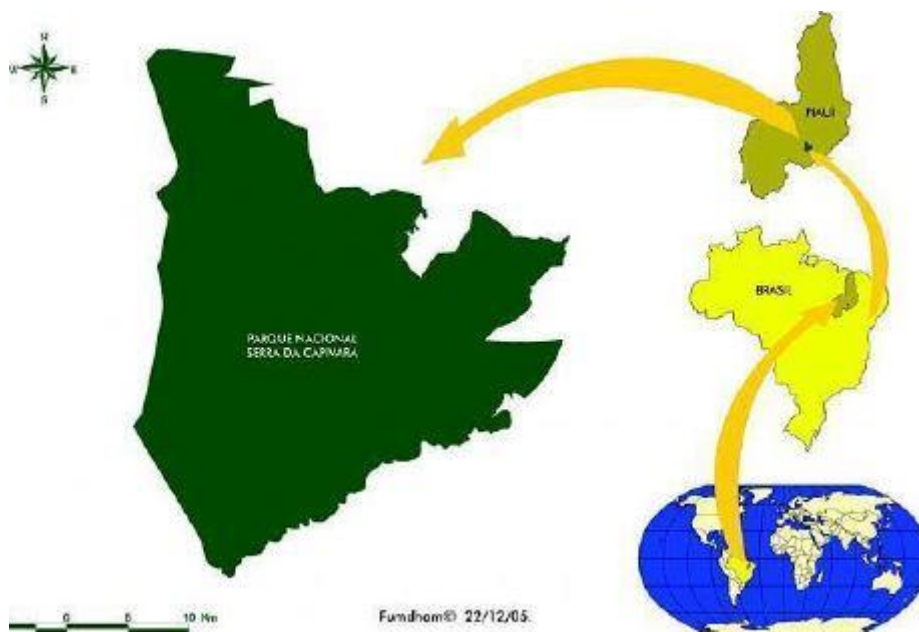
Esses pesquisadores propuseram uma abordagem teórica focada nesses dois grupos, o primeiro oriundo de uma entrada pleistocênica e o outro de uma entrada holocênica. Analisaram um conjunto de 48 esqueletos, sendo 32 da América do Sul, 2 da Ásia, 14 da Europa e 2 mil atuais, inferindo que os traços físicos do homem que abandonou a África e, 40 mil anos mais tarde desbravou as Américas, eram praticamente os mesmos. De acordo com essa visão, a conquista do mundo foi um fenômeno tão rápido que o *Homo sapiens* teria usado rotas costeiras, menos difíceis de serem vencidas, não dando tempo para ele desenvolver, de imediato, adaptações físicas aos nossos ambientes (HUBBE et al. 2011).

Capítulo III - A Criação do Parque Nacional Serra da Capivara

*Muitos povos ignoram a harmonia
Alguns podem ignorar a melodia
Nenhum ignora o ritmo.*
VINCENT D. INDI

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado pelo Decreto nº 83.548, de 5 de junho de 1979, alterado pelo Decreto nº99.193, de 12 de março de 1990 que ampliou sua área para 129.953,0 ha/a. (ver Figura 13), com objetivo de proteger a flora, a fauna, as belezas naturais e os monumentos arqueológicos, no local existente (ART.2º), sítios arqueológicos nos quais foram feitas as mais antigas datações que atestam a presença da passagem do homem pré-histórico pelo continente americano, há mais de 50.000 anos. Em 1992, foi declarado Patrimônio Cultural da Humanidade.

FIGURA 13: Localização do Parque nacional Serra da Capivara.



Fonte Arquivo da FUMDHAM.

3.1. O debate científico “Natureza intocada?”

A criação de parques nacionais tem por objetivo conservar a natureza através da resguarda de seus atributos ecológicos e cênicos, numa tentativa de impedir que a ação humana modifique os remanescentes que ainda se mantêm pouco ou nada alterados.

Segundo o Plano de Manejo (1994):

A finalidade de criação desse Parque Nacional foi fornecer os instrumentos jurídicos que permitissem garantir uma proteção adequada a uma área na qual se encontra a maior concentração de sítios pré-históricos do país... Esse parque não é somente uma unidade de conservação, trata-se fundamentalmente de um Parque Arqueológico. Nele, as atividades de conservação do patrimônio cultural e de pesquisa são prioritárias (Faxina (2008).

O primeiro Parque Nacional criado no mundo foi o Yellowstone National Park, em 1872 nos Estados Unidos. A partir da sua criação várias outras Unidades de Conservação foram criadas em diversas partes do planeta. No Brasil, em 1937, foi instituído o Parque Nacional de Itatiaia no estado do Rio de Janeiro, o primeiro Parque Nacional brasileiro. Posteriormente, foram criados o Parque Nacional do Iguaçu no Paraná e a Serra dos Órgãos no Rio de Janeiro em 1939.

Guidon é a precursora e a figura mais emblemática na criação do Parque Nacional Serra da Capivara. Ela realizou inúmeras pesquisas arqueológicas na região tornando a Serra da Capivara mundialmente conhecida.

O homem pré-histórico deixou suas marcas em toda a região do Parque Nacional Serra da Capivara. Foram essas marcas que chamaram a atenção dos cientistas para a zona e foi em razão delas que o Parque Nacional foi criado: para proteger tão valioso patrimônio cultural, integrado em uma região onde a caatinga ainda era virgem (GUIDON, 1998. p. 48).

Os reflexos das novas descobertas arqueológicas levaram a criação da Unidade de Conservação, após a missão interdisciplinar de 1975, onde a equipe viu a necessidade da criação de Unidade de Proteção ambiental e arqueológica, acarretando junto a isso, a imposição de uma proteção ao meio ambiente local, conforme Relatório Missão Franco-Brasileira Piauí (1975). Com a justificativa que a proximidade entre os sítios arqueológicos com as lavouras estava causando danos aos mesmos, bem como a caça de animais silvestre e o corte de madeira nas proximidades dos sítios, havia a necessidade de uma área de proteção.

Por repercussão nacional e internacional das descobertas arqueológicas na região, realizadas pela FUMDHAM (Fundação Museu do Homem Americano), em 1991, a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) reconheceu o Parque Nacional Serra da Capivara como Patrimônio Natural e Cultural da Humanidade. O relatório da UNESCO, de apresentação do Parque Nacional Serra da Capivara como patrimônio da humanidade, expõe as características que o torna significativo como patrimônio cultural:

O Parque Nacional da Serra da Capivara é testemunho excepcional de uma das populações mais antigas a habitar a América do Sul. Constitui e preserva o maior conjunto de sítios arqueológicos e os mais antigos exemplos de arte rupestre nas Américas. Além disso, a iconografia das pinturas nos permite identificar informações sobre os primeiros povos da região. A propriedade inscrita contém uma multiplicidade de atributos que garantem seu Valor Universal Excepcional. É dotado de uma rede de locais que convergem para forjar uma rica coleção de elementos pré-históricos, possibilitando uma extensa pesquisa sobre o meio ambiente da região, vida selvagem, vida vegetal e os primeiros habitantes. (UNESCO, 1991).

O Parque Nacional Serra da Capivara está localizado no sudeste do Piauí, a 530,0 quilômetros de Teresina, capital do Estado, e tem uma área de 129.140 hectares, pertencente a quatro municípios da região, São Raimundo Nonato, Coronel José Dias, João Costa e Brejo de Piauí. Sua paisagem é formada por planaltos ou chapadas, morros, serras, serrotes e planícies.

O Parque Nacional Serra da Capivara reside no domínio climático das caatingas: mata branca com nome de origem indígena; bioma exclusivamente brasileiro; vegetação arbustiva de paisagem embranquecida sem folhas no período seco. Entre os fatores que tornam o Parque Nacional Serra da Capivara tão importante em termos de biodiversidade, está o fato de abrigar populações animais da maioria dos endemismos da caatinga e ter uma extensão que possibilita que esses seres possam sobreviver e se reproduzir (PESSIS, 1998). A importância do parque para o Brasil se dá não só pelos inúmeros sítios arqueológicos de gravuras e pinturas rupestres, mas, também, por ser o único no país voltado para a preservação da caatinga, vegetação típica da região, à época ameaçada de extinção (FUMDHAM/IPHAN, 2006).

Na área de Preservação Permanente da Zona de Uso Intensivo do Parque Nacional Serra da Capivara, as populações e territórios de dois municípios da região do Canindé estão envolvidas, relacionadas principalmente com o turismo: São Raimundo Nonato e Coronel José Dias. Nessa área territorial, 576.7 km² pertencem ao município de Coronel José Dias, e 286.4 km² ao município de São Raimundo Nonato (PESSIS, 1998).

No parque há uma grande concentração de sítios arqueológicos (locais onde são encontrados vestígios dos homens pré-históricos), a maioria com pinturas e gravuras rupestres, que demonstra alguns traços culturais dos primeiros habitantes dessa região, onde também, segundo pesquisas realizadas na área, existem vestígios da presença do homem por volta de 50.000 a 60.000 anos antes do presente.

No Parque Nacional Serra da Capivara, foram cadastrados mais de quatrocentos sítios arqueológicos. Neles é possível encontrar um grande número de pinturas rupestres e vários

artefatos de material lítico tais como; pedra lascada e pedra polida. Segundo informações do Relatório 093 da FUMDHAM (2006):

As pesquisas na região do Parque Nacional foram iniciadas em 1970 e desde então as descobertas se acumularam. Estão cadastrados 406 sítios, dos quais 260 apresentam pinturas rupestres. Os demais sítios são aldeias, cemitérios, acampamentos. Estes números não são definitivos, pois continuamente são descobertos novos sítios no Parque Nacional. (GUIDON, 1998. p. 48).

Devido à grande concentração de sítios arqueológicos com pinturas e gravuras rupestres e demais variedades de vestígios arqueológicos (armas, utensílios, restos de fogueiras, cerâmicas e sepulturas), pertencentes a diferentes grupos humanos que habitaram a região anteriormente, o Parque Nacional destaca-se como um centro de pesquisas arqueológicas que desenvolve estudos a respeito da chegada do primeiro homem às Américas obtendo, portanto, grande relevância no cenário científico brasileiro e mundial.

As descobertas desses artefatos colocaram em xeque a teoria de que o homem pré-histórico teria chegado à América há a cerca de 12.000 anos. Segundo a teoria de Clovis⁶³, o homem teria saído da Ásia e, a pé, atravessado estreito de Bering, na região do Alasca, povoando a América. Antes das pesquisas na Serra da Capivara, acreditava-se que os vestígios de ocupação humanos mais antigos da Américas eram os encontrados na década de 1930 no Novo México, conhecidos como Cultura Clóvis, com cerca de 11.200 anos. Admitia-se no meio acadêmico que o homem Sapiens teria vindo da Ásia pela Beringia, ligação terrestre entre a Ásia e a América do Norte, quando o nível do mar baixou cerca de 120,0 metros, na última glaciação (BASTOS, 2010, p. 147).

Contudo, uma nova teoria de povoamento das Américas foi formulada com base nas pesquisas arqueológicas da Serra da Capivara, comprovando que a presença de seres humanos na região do atual Estado do Piauí é muito anterior a 12 mil AP. As pesquisas arqueológicas realizadas até agora na região apresentam vestígios com datação mais recuada, o que comprova a existência dos primeiros seres humanos das Américas nessa região.

63 Segundo a teoria de Clovis, os primeiros seres humanos chegaram a América há cerca de 11,5 milhões. Vindos da Sibéria, pelo extremo norte da Ásia, teriam atravessado o estreito de Bering e chegado ao Alasca. Naquela época, o planeta estava sofrendo os efeitos da última Glaciação, e o rebaixamento dos oceanos facilitava o acesso entre os dois continentes. Essa teoria foi elaborada a partir de pesquisas arqueológicas realizadas na região do Novo México, Estados Unidos, em 1937.

Por volta de 12.00 AP, o território brasileiro era extremamente povoado/ocupado por populações de caçadores e coletores, com uma série de evidências em várias regiões do país. (NEVES, 1995, p. 179).

Conforme a hipótese de Guidon, o homem que povoou a região do Parque Nacional Serra da Capivara, teria vindo da África há milhares de anos com a ajuda de correntes marítimas do oceano atlântico através de pequenas embarcações, num período em que o nível do mar estava baixo e que havia várias ilhas entre a África e o Nordeste.

Ainda segundo Guidon (1998), com base nos resultados obtidos pela técnica do Carbono 14, o homem já vivia há pelo menos 50.000 AP na área do Parque Nacional Serra da Capivara e que a presença do ser humano nessa região foi contínua até a chegada dos colonizadores brancos no século XVIII. As pesquisas multidisciplinares existentes na região permitem inferir que houve muitas ocupações neste vasto território, a região do Parque Nacional Serra da Capivara, as de caçadores-coletores do holoceno são as mais evidentes, mas há também presença de caçadores-coletores do pleistoceno e agricultores-ceramistas. (BUCO, 2012, p 84).

Contudo, através do Parque Nacional Serra da Capivara, a região do sertão do Piauí passou a ser conhecida mundialmente, sendo um centro de descobertas importante e de desenvolvimento de inúmeras pesquisas científicas.

Depois da criação do Parque Nacional Serra da Capivara, a administração do Parque ficou sob responsabilidade de duas instituições, o IBAMA (Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis) e a FUMDHAM (Fundação Museu do Homem Americano). O IBAMA ficou responsável pela preservação e fiscalização da área e a FUMDHAM responsável pelo desenvolvimento de pesquisas, nas áreas técnicas e científicas.

O IBAMA, criado pela Lei Federal nº 7.735 de 22 de fevereiro de 1989, é um órgão executivo que prioriza a execução da política nacional do meio ambiente, no desenvolvimento de atividades buscando a preservação e conservação do patrimônio natural, fiscalizando e mantendo controle sobre o uso de recursos naturais, como água, fauna, flora, solo, buscando a diminuição dos impactos sobre o meio ambiente brasileiro.

3.2. Conflitos gerados com a população local

Os discursos ou hipóteses acerca de um determinado assunto são constituídos, quase sempre a partir de um ponto de vista dominante, seguindo Boaventura de Sousa Santos, o colonialismo “foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente

desigual de saber-poder” (SANTOS e MENESES, 2010, p. 19). O modus operandi do colonialismo levou a que nações/povos colonizados tivessem muitas de suas formas peculiares de saber suprimidas.

No caso do Parque Nacional Serra da Capivara, foi constituído um discurso hegemônico sobre este, a partir da repercussão das descobertas científicas, onde é demonstrada a grande importância do mesmo para o Brasil e para mundo. Entretanto, nessa perspectiva, existem ou existiram problemas que não são relatados e não são conhecidos por quem interpreta a partir das narrativas institucionais.

Pouco conhecemos sobre os conflitos locais, como por exemplo, o desencadeado pela prática de caçar dos moradores das regiões de entorno da Unidade de Preservação, e outros que por intermédio da implantação do Parque acarretou normas que mudariam profundamente o relacionamento da população local com o meio ambiente.

Analisando o uso de leis e normas que institui uma Unidade de Conservação num local que existem habitantes, Levy (2006), tomando como exemplo o Parque Nacional Serra da Capivara, relata que, “neste contexto, o uso de poder, seja para fins de implantação de projetos de uma proposta de desenvolvimento, seja a fim de cumprir os objetivos de normatização do território, alterou de diferentes formas a relação destas populações com seu ambiente de vivência”. (LEVY, 2006. p. 131)

Na relação homem e natureza, o que vemos são teorias, dados a respeito da destruição do meio ambiente, mas não vemos identificação, em alguns casos, de o porquê do ser humano (embora não em todos os casos), continuar com práticas que destroem e causam danos para o meio ambiente. Depois do estabelecimento do Parque, foram efetivamente impostas na região leis ambientais e fiscalização, que representaram para os moradores algumas alterações em suas práticas sociais existentes, adquiridas como tradição ao longo do tempo. “Criado pelo poder político a patrimonialização do território conflitua com a formação sócio espacial historicamente produzida, transformada em objeto de reivindicação de alguns grupos em detrimento das demandas de outros menos organizados.” (LEVY, 2006. p.173).

Ao fundar o Parque Nacional Serra da Capivara, uma unidade de conservação e proteção integral da natureza, com base nas leis nacionais, foram desapropriadas populações que habitavam as proximidades da área que passou a pertencer ao parque nacional. Tais populações se viram envolvidas num processo em que iriam perder ou ser modificadas práticas naturais e simbólicas, existentes no seu modo de vida do campo.

O Parque Nacional Serra da Capivara proporcionou uma mudança no modo de vida das comunidades da região, que mantinham uma forte relação com o meio natural, sendo que

a roça, o corte de madeira, a caça, serviam para suprir necessidades cotidianas dessa população.

FIGURAS 14: Moradores no povoado Zabelê fazendo atividades cotidianas de coleta de extração de mandioca na década de 1970.



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

FIGURAS 15: Moradores no povoado Zabelê fazendo atividades cotidianas de coleta de água na década de 1970.



Fonte: Arquivo Imagético da FUMDHAM.

As comunidades instaladas na região, utilizavam os produtos do meio natural para a sobrevivência, o que acabou por gerar conflitos ao oficializar uma instituição, baseada na legislação nacional, que impediria práticas que destruíssem o meio ambiente. Segundo Levy (2006):

As relações entre os indivíduos e grupos resultam em conflitos principalmente devido à imperfeição do sistema de informações de seus agentes que amparada pela superioridade relativa do poder institucional, subjuga a cultura daqueles politicamente fracos (LEVY, 2006. p. 174).

Nesse sentido, a implantação do Parque Nacional da Serra da Capivara proporcionou um impacto para os moradores locais que sofreram modificações de comportamento. Sobre esse processo Arruda relata que a implantação do Parque tem sido conflitante aos interesses da comunidade que na sua maioria rejeita o Parque (ARRUDA, 1997).

Com base neste mesmo autor, não houve uma devida orientação ou mesmo preocupação com a convivência de parte das pessoas que residiam na região da Unidade de Preservação na época de implantação. Ainda de acordo com o autor, as instituições governamentais não consultaram, avisaram ou orientaram as comunidades locais sobre a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, como ocorreu no processo de criação de outros Parques Nacionais (ARRUDA, 1997).

Com base na determinação exposta no Código Florestal e Regulamento dos Parques Nacionais, após a criação de um Parque, nenhuma comunidade humana pode continuar trabalhando ou morando dentro dele. Quando foi criado o Parque Nacional Serra da Capivara, existiam várias famílias vivendo e residindo em diversas comunidades, como Zabelê, Serra Vermelha, Sítio do Moco, Barriguda, Queimada Nova, São João Vermelho, Cambraia, dentro do Parque Nacional.

A comunidade Zabelê, por residir no centro do Parque foi desapropriada de suas terras. O que gerou certo ressentimento por parte dos moradores em ter que deixar um lugar que moravam há tempos imemoriais. Isso é um dos exemplos de mudança com a chegada do Parque que gerou conflitos com a população local que ali residia.

No ano de 1994 foi assinado um convênio e a gestão do Parque Nacional Serra da Capivara ficou a cargo de duas instituições, a FUMDHAM e o IBAMA. (FUMDHAM, 1998). Momento em que começa a ser fiscalizado e coibidas no território do Parque ações que prejudicavam o meio natural. Segundo Bastos, “a repressão à caça, e a retirada dos moradores do Zabelê dos limites do Parque são a origem do ressentimento de parte da população em

relação ao “IBAMA”, e a “doutora” (Niède Guidon), duas entidades que se misturam no imaginário popular.” (BASTOS, 2010. p. 81).

A população da região não possuía conhecimento da nova sensibilidade de preservar o meio ambiente, e além disso não houve um entendimento ou conscientização sobre isso. Além disso, os moradores tinham outras práticas relacionadas com a natureza que foram reprimidas. Tais mudanças causaram inúmeros conflitos, principalmente pelo fato de os moradores não se desligarem dessas práticas.

Levy (2006) ressalta alguns problemas que as comunidades que sofreram o processo de desapropriação e normatização do Parque Nacional Serra da Capivara;

A espera de indenizações, como observado no caso do PNSC, as famílias ficam subjugadas às normas de gestão e uso do território do parque, sem poder criar animais soltos, caçar ou promover a rotação de roças. Nestas condições, aquelas famílias que não tem algum membro trabalhando como funcionário do parque ficam sem alternativa econômica. (LEVY, 2006. p. 63).

Esse processo de retirada não foi totalmente competente e acabou através da imposição da lei prejudicando a convivência de parte dos moradores. As comunidades que permaneceram na área tiveram que mudar seu modo de vida em razão da preservação do meio, pois esta prejudicava as alternativas econômicas anteriormente praticadas. Os moradores se recusavam a deixar de praticar determinadas atividades que, naquele momento, estavam na contramão das leis nacionais referentes aos termos ambientais de preservação, adotadas no Parque Nacional Serra da Capivara. Daí surgiram os conflitos.

O Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, com base no decreto nº 84.017, de 21 de setembro de 1979, estabelece as normas e definem as características dos Parques Nacionais. Dentre essas normas “Art. 13 – É expressamente proibida a prática de qualquer ato de perseguição, apanha, coleta, aprisionamento e abate de exemplares da fauna nos Parques Nacionais, bem como quaisquer atividades que venham a afetar a vida ambiental em seu meio natural”.

Com base no Regulamento dos Parques Nacionais Brasileiros, é proibido nos recintos dos Parques Nacionais, o exercício de caça esportiva ou amadorista, a permanência de visitantes portando armas, materiais ou instrumentos destinados a corte, caça, pesca ou quaisquer outras atividades prejudiciais à fauna e à flora.

A lei federal nº 5.197, de 03 de janeiro de 1967, que “dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências (código de caça)”, que proibiu a caça no Brasil, estabelece que:

Art. 10 – os animais de quaisquer espécies, em qualquer fase de desenvolvimento e que vivem naturalmente fora do cativeiro, constituindo a fauna silvestre, bem como seus ninhos, abrigos e criadouros naturais, são propriedades do Estado, sendo proibida a sua utilização, perseguição, destruição, caça ou apanha.

As pessoas que não respeitassem os regulamentos acima citados, conforme o Decreto, ficaram sujeitas à penalidade com multa e apreensão. Usando por exemplo a apreensão de armas, munições, material de caça ou de corte de madeira na área de preservação dos parques, quando encontrados.

Como vimos, a caça (causa de um dos conflitos na região de estudo) foi proibida no território brasileiro desde 1967, quando foi aprovada a lei que dispunha sobre a proteção da fauna. Mas devemos lembrar que na região de estudo, a fiscalização referente a isso só foi imposta, com a criação do Parque Nacional Serra da Capivara e com a chegada do IBAMA. Antes da criação dos PNSC os meios naturais, inclusive a caça predatória, eram frequentemente usados pela população local. Sendo que as autoridades locais conhecedoras e responsáveis pela imposição das leis tinham pleno conhecimento dessa atividade regional, não havendo uma coibição ou providências para imposição da lei contra essa prática ilícita, perante a lei. Na região, percebe-se o cumprimento da lei nacional em relação a caça somente com a imposição do parque

Na região do Parque Nacional Serra da Capivara, as pessoas utilizavam a atividade da caça, portavam armas e utensílios para a prática, algumas pessoas, mesmo depois da coibição vinda com o Parque, continuaram caçando, e quando apreendidas passaram a sofrer as penas, multas, perda de armas, apreensão de animal de caça. E isso gerou um descontentamento por parte dos moradores que eram ligados a esse costume, e por influência disso, ou por se sentirem ofendidos com a execução da lei, queriam continuar caçando. Estes não compreendiam a imposição da lei ou mesmo não conseguiam se desligar dessa prática.

No caso da prática da caça, chamamos de conflito, porque após a criação do Parque Nacional Serra da Capivara, vários caçadores, mesmo com a proibição e fiscalização, continuaram caçando na área de preservação e redondezas como antes, porém sabendo que era contra a lei e que poderiam ser punidos por aquele ato.

No momento da demarcação do Parque, parte da população local vivia de modo tradicional e tornou-se difícil para eles compreender a importância de preservar o meio ambiente e, além disso, fazer com que as pessoas largassem alguns costumes praticados há

muito tempo, parte de suas atividades econômicas e de subsistência e também parte da identidade cultural das populações da região.

A relação do povo da região com a prática da caça não é de hoje, foi formada a partir das circunstâncias da região e passada de geração para geração. Segundo Castro, antes da criação de Parque e da vinda do IBAMA para São Raimundo Nonato, a base econômica dos 64 caatingueiros da região era a agricultura de subsistência e a caça (CASTRO, 2004). Conseqüentemente, a proibição e fiscalização instituídas junto com Parque Nacional Serra da Capivara constituíram a caça em crime, algo que antes não era tido nem sequer como infração. Podemos perceber a mudança ocorrida: de hábito livre praticado na região, passa a outro grau, se tornando crime. Uma mudança radical na vida dos moradores que dela valiam:

A criação do Parque e Instalação do IBAMA transformou os caçadores de donos e senhores daquelas terras em cruéis usurpadores; A caça, de meio de sobrevivência passou a ser considerado um crime ambiental. “A natureza foi batizada de meio ambiente e agora é regida por outras leis que não mais as leis da mata onde um dia é da caça e outro, do caçador”. (CASTRO, 2004,p.20).

Em consequência disso, a aplicação da lei na região do Parque Nacional Serra da Capivara, as pessoas que continuaram com a prática da caça foram punidas. Pois uma das prioridades do Parque é a preservação da fauna, flora, do meio ambiente.

Nesse contexto, a caça, por um lado é uma prática que prejudica o meio ambiente, e por outro uma atividade de relevância para parte dos moradores da região. No sentido especificado, as concepções hegemônicas dirigidas à Fauna silvestre, no Brasil, se cristalizam na forma da Lei nº 5.197/1967 (Lei de Proteção à Fauna) (BRASIL,1967) e Lei nº 9.605/1998 (Lei de Crimes Ambientais) (BRASIL, 1998), admitindo o abate de animais silvestres diante de potenciais danos à agropecuária ou à saúde humana, ou caso a captura vise saciar a fome de pessoa necessitada (BRASIL,1998). Qualquer outra situação, caso não autorizada por licença, constituiria crime ambiental (BRASIL,1967; 1998).

Em contrapartida, os moradores locais querem preservar seus costumes ou não querem se desligar deles de forma rápida. Na região do Parque as questões de ordem cultural, política e econômica, envolvidas na vida dos moradores locais, são tão importantes quanto às questões ambientais de preservação, objetivadas pelo Parque Nacional Serra da Capivara.

64 Caatingueiros- Proveniente do bioma caatinga. Aquele que admira ou vivencia os hábitos e costumes do sertão nordestino.

Analisando-se os conflitos no Parque Nacional Serra da Capivara, Levy ressalta que “esta prótese espacial, ao demarcar seus limites no movimento expansivo, ignora aqueles que já são antes territorialidades de homens produtores de cultura e proprietários não apenas de terra, mas de memória”. (LEVY, 2006. p. 10). O modelo tradicional e cultural levou a uma resistência de parte dos moradores frente às leis ambientais. Para aqueles moradores, que seguiam práticas antigas, que tinham vivido praticando aqueles atos, entendendo como corretos, a lei era uma nova regra, que iriam ter que seguir nas suas vidas, contra uma tradição que já era exercida na região há muitos anos. Uma mudança de convivência que não foi acolhida com entusiasmo por todos os moradores. Parte deles principalmente aqueles que não conseguiram melhorias ou outras possibilidades de convivência com o Parque, ficaram ressentidos com as proibições e continuaram praticando atos que eram contra as leis ambientais.

Levy ao analisar dados do IBAMA, de apreensões e entrevistas com ex-caçadores e moradores de região revela que:

O que a realidade das apreensões e das entrevistas comprova é que além da complementação de renda, a caça tornou-se para alguns um esporte, uma maneira de entretenimento, ou ainda de enfrentamento, por parte dos moradores da cidade ou, de moradores dos povoados nos casos isolados, a uma territorialidade que não compreendem. Os caçadores modernos são pessoas que, hoje entre seus 20 e 30 anos foram criados no momento de institucionalização do PNSC e que não se sentem de maneira alguma relacionados aquele patrimônio (LEVY, 2006. p. 142).

Esses “caçadores modernos criados no momento de institucionalização do Parque Nacional Serra da Capivara”, possuem um desprendimento em relação ao Parque, não se sentem pertencentes a aquele patrimônio cultural ali existente.

Com relação ao conflito ocasionado a partir da prática da caça, Levy, observa que “o abandono da prática é motivado muito mais pelo anseio de ser inserido no quadro de trabalhadores do Parque Nacional Serra da Capivara do que pela aquisição de uma consciência ambiental.” (2006. P. 140).

Para manter a conservação e preservação dos parques nacionais, o IBAMA, impõe normas ambientais que provocam fortes mudanças às populações locais das comunidades tradicionais, com relação a formas dessas comunidades se relacionarem com a natureza. “Os conflitos são resultados da rigidez da postura das instituições responsáveis pela normatização do espaço” (LEVY, 2006. p. 54).

Arruda (1997), com base na sua pesquisa de campo em Várzea Grande, observou uma porcentagem maior de rejeição dos moradores do povoado em relação ao Parque Nacional. Segundo o autor, “os habitantes da Várzea Grande, na sua maioria, deixam claro a sua rejeição pelo Parque. (...) não foi realizado um trabalho sociológico de consulta, ou educação e orientação, tampouco de discussão envolvendo a comunidade humana no processo de criação do PARNA.” (ARRUDA, 1997, p. 67).

Talvez essa falta de preocupação com a população local no processo de implementação do Parque seja um dos motivos que tenha gerado tantos conflitos naquela localidade, tal fato pode explicar também, a rejeição de um número significativo dos moradores locais frente ao Parque. Nesse sentido Levy (2006) afirma,

No caso da gestão de um território de proteção ambiental, que requer a mudança ou adaptação do comportamento das populações, a orientação de ações alternativas do uso dos recursos poderia incorrer na conscientização sobre o interesse na preservação destes. (LEVY, 2006. p. 52).

Além disso, na região na região de Coronel José Dias existe uma extensa área rural compreendendo a área de preservação ambiental. Em torno do Parque Nacional há uma área de 10 km de largura, que através de uma portaria de CONAMA deve constituir um cinturão de proteção ambiental (PESSIS, 1998.). Nessa área (pertencente à parte daqueles povoados citados acima) há uma grande utilização dos recursos que destroem ou causam problemas ao meio ambiente.

Nesse ambiente, a agricultura de subsistência e a criação de pequenos rebanhos de gado são as bases de sobrevivência da população local. Tais práticas associadas ao uso de recursos naturais como, por exemplo, a madeira e prática da caça de animais silvestres entram em conflito com os ideais de preservação do Parque.

3.3. A exploração da cal na região do Parque Nacional

Nesse contexto, um exemplo de outra atividade conflituosa e de destruição da natureza, apontado por Arruda (1997) são as caeiras (atividade de produção da Cal). Tal atividade também está relacionada com outro problema ambiental, a extração de madeira. Segundo o autor, a atividade caeireira foi até o início dos anos 1990 uma das principais ocupações e problemas do povo de Várzea Grande. (ARRUDA, 1997).

As atividades caeireiras em Várzea Grande provocavam vários impactos intensos e descontrolados na área correspondente ao Parque Nacional. Ora, “os maciços calcários possuem cavernas que foram abrigos dos povos pré-históricos e encerram inúmeras inscrições rupestres catalogadas pela FUMDHAM, sítios arqueológicos e paleontológicos, onde foram feitas importantes descobertas.” (ARRUDA, 1997. p. 62). Esses maciços calcários eram destruídos processados industrialmente para a produção da cal, uma atividade que ajudava economicamente os moradores e ao mesmo tempo destruía os sítios arqueológicos.

Contudo, se por um lado tal exploração destruía os sítios arqueológicos e ameaçava o meio ambiente, por outro, também consistia em uma importante atividade econômica dos moradores da região naquela época.

Estimou-se que, em Várzea Grande, 90 pessoas são empregadas e 350 dependem economicamente das caeiras, trabalhadores na sua maioria de Várzea Grande e entorno das caeiras, e os demais, de outros povoados. Em 1991, as caeiras produziam 1.814,0 m³ de cal, além de ter sustentado as famílias dos trabalhadores, o que revela a significância socioeconômica das caeiras. (ARRUDA, 1997. p. 63).

Os diferentes interesses em jogo também geraram desentendimentos entre os caeireiros e a organização do Parque, que por intermédio da lei ambiental coibiu a produção de cal na região.

Certamente, este é o mais complexo e grave problema socioambiental de Várzea Grande. Por um lado, o patrimônio cultural, arqueológico e paleontológico está sendo destruído, por outro lado a atividade caeireira é a única alternativa de sobrevivência, durante os meses secos, para inúmeras famílias. (ARRUDA, 1997. p. 63).

Juntamente com as caeiras, aparece outro problema para o meio ambiente nessa época, o desmatamento. As caeiras necessitavam do consumo de lenha para queimá-las o que conseqüentemente trazia problemas tanto para as rochas quanto para a vegetação local. Vale lembrar que o consumo anual de lenha das caeiras em 1991 foi estimado em 7.938 toneladas e contribuiu para desmatamento de 793 ha/a. (ARRUDA, 1997. p.63).

É preciso levar em consideração que também existia uma relação econômica entre o caeireiro e o madeireiro. O madeireiro fornecia a madeira ao caeireiro, e este pagava o outro em forma de cal. Ainda havia o consumo de lenha para fins domiciliares, a extração da madeira para fazer cercas e outros empreendimentos. Fatores que prejudicam ainda mais o meio ambiente.

Naquela época, a atividade das caeiras criou a figura do caireiro-lavrador, que, dependendo do clima da região alternava sua atividade econômica. Sendo que no período seco exercia-se a atividade das caeiras e durante o período das chuvas o trabalho era voltado para a agricultura de subsistência (ARRUDA, 1997).

Percebe-se que os interesses de preservação, movidos pela implantação do Parque em alguns casos, contrariaram os interesses ou práticas que os moradores locais tinham no cotidiano com o meio ambiente. Agravando ainda mais os conflitos de interesses entre os moradores e a organização do Parque.

Temos então a construção de um espaço de conflitos de territorialidades entre o ideal de conservação do ecossistema, como é o caso da biodiversidade dos domínios das caatingas no Parque Nacional da Serra da Capivara, e a permanência das práticas e valores de um mundo rural. (LEVY, 2006. p. 119).

Com a criação do parque e a fiscalização efetiva das normas de preservação, parte dos moradores ficaram impossibilitados de desenvolver suas atividades cotidianas. E dessa forma, as atividades dos moradores que envolviam a economia, de subsistência e cultural, foram afetadas. Os moradores que anteriormente utilizavam livremente os recursos naturais como, por exemplo, a caça, a derrubada de árvores, em que a madeira serve para fazer cercas das roças, e a utilização até mesmo no fogão para o preparo da alimentação, em parte, foram impedidos de desenvolver tais práticas.

Os conflitos estão presentes justamente na relação de mudança vinda com o Parque Nacional Serra da Capivara, para as pessoas que se sentiram mais prejudicadas do que beneficiadas com a Unidade de Preservação. Alguns moradores sentiram-se excluídos, ao serem obrigados a obedecer a uma lei que afetou significativamente seus modos de convivência.

O parque significou uma mudança na vida desses moradores, tanto para os que conseguiram empregos sendo incluídos como parte do programa do Parque, quanto e principalmente na vida dos que ficaram sem privilégios com a chegada dessa instituição. Estes últimos foram impedidos legalmente de exercer os costumes que tinham antes da implantação do parque, desta forma foram coibidos pelas regras da unidade de preservação. E foi basicamente o descontentamento, e a resistência desses excluídos que gerou os conflitos envolvendo interesses dos moradores e da instituição parque nacional.

Na região onde foi implantado o Parque Nacional Serra da Capivara, nem todos os moradores foram incluídos no programa da instituição. Parte dos moradores conseguiu mudar de vida, conseguindo empregos no Parque. Os moradores que conseguiram benefícios com a

instituição, juntamente com sua família, em função de preservar seus cargos ou benefícios, possivelmente não cometeriam mais nenhum ato contra as normas impostas com a chegada da unidade de conservação. [...] aqueles que são integrados pelo trabalho no parque passam, a direcionar seu comportamento, a fim de preservar seu posto, assim como difundir esse sistema de regras entre aqueles de sua convivência, trazendo, de certa maneira um controle à organização do espaço. (LEVY, 2006. p. 61).

Por influência do modo de vida relacionado aos recursos naturais, formado na região, com o Parque, os responsáveis por impor uma proteção ambiental na área, enfrentaram a resistência dos moradores locais, que residiam dentro ou próximo da Unidade de Conservação. (...) a criação do PNSC implicou, para os moradores daquela área, a definição de novos limites e, portanto, a funcionalização dos antigos espaços, influenciando não só no acesso a estes como também seu significado. (LEVY, 2006. p. 18).

A organização do parque encontrou dificuldades em fazer com que esses moradores aceitassem a imposição das leis ambientais. A esse respeito Castro (2004) ressalta que:

Em muitos casos, no Brasil, a prática de políticas ambientais nos Parques Nacionais tem esbarrado na resistência das comunidades, que vivem dentro ou no entorno dessas unidades de conservação, em aceitar as determinações emanadas das leis ambientais, as quais representam, para estes moradores, fortes alterações de práticas econômicas e sociais consideradas predatórias, incorporadas ao cotidiano, ao longo dos anos por meio da tradição. (CASTRO, 2004. p. 9).

Nessa relação entre população local e instituições de preservação, houve certa contradição de interesses, por um lado, uma instituição querendo preservar, e por outro, os moradores resistindo em largar suas atividades predatórias. Conforme Castro, no PNSC, “[...] o relacionamento é tenso entre os nativos e o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis – IBAMA, por causa das atividades consideradas predatórias, mas que são secularmente desenvolvidas pelos moradores da região. (CASTRO, 2004. p. 9).

Com base em Castro, mesmo com os métodos usados pelo IBAMA na região, sendo a “força e a repressão” na tentativa de impedir as atividades predatórias, os moradores ainda continuam resistindo em mudar os seus costumes ou necessidades de se relacionar com a natureza.

No caso específico do Parque Nacional Serra da Capivara, chamou atenção a resistência incansável dos nativos em modificar a maneira de relacionarem-se com a natureza, ainda que os métodos de “Educação Ambiental” utilizados pelo IBAMA sejam a força e a

repressão, fato observado por meio de atividade jornalística na região, durante a construção do presente estudo. (2004. p. 11).

A resistência desses moradores está no fato de persistirem na utilização ilegal de recursos naturais que podem comprometer ou levar a degradação do meio ambiente local.

O forte relacionamento da população local da região do atual município de Coronel José Dias com o Meio ambiente, através das práticas predatórias, antes da implantação do Parque Nacional Serra da Capivara, e a dependência dessas pessoas frente ao Meio Ambiente, proporcionaram o acontecimento dos conflitos, à época de implantação do PNSC. Tal área passou a ser uma unidade de preservação em que o natural ganhou uma grande importância, deixando de lado e proibindo em certos casos, a continuação de parte do modo de vida tradicional daqueles moradores. Parte das pessoas não aceitou as mudanças vindas e impostas através das leis ambientais. Fator que levou a proposta de preservação do Parque a conflitar com os costumes e práticas dos moradores locais.

3.5. A maniçoba como símbolo da cultura local

A primeira notícia que se tem sobre a produção de borracha, no Piauí, encontra-se na mensagem, encaminhada pelo Governador do Estado, Raimundo Vasconcelos, à câmara Legislativa em julho de 1898 (SANTANA, 2008, pág. 103). Nesta era informado que alguns municípios iniciavam a exploração da borracha e solicitava que houvesse propaganda a fim de atrair a indústria. Vê-se que desde muito cedo o Estado do Piauí já contava com um certo número de árvores para o cultivo. João Manuel Custódio de Farias em Entrevista ao Autor, concedida em março de 2010, explicou que na região da fazenda Caracol, hoje município de mesmo nome, havia uma grande quantidade de árvores de duas variedades de maniçobas identificadas por ele, como sendo piauiense e baiana. Já OLIVEIRA (2001, pág. 8), em sua pesquisa expõe que a FUMDHAM (Fundação Museu do Homem Americano) encontrou seis variedades de maniçoba na região: *manihot caeruleascensspp*, *Caeruleascens*; *Manihotglaziovii*; *Manihotheptaphylla*; *manihotssp*. E *Manihotdichotoma*. Isso explica, em parte, o grande número de extração nos anos iniciais.

A exploração das maniçobas para a produção láctea tornou-se economicamente viável com os altos preços internacionais da borracha, na segunda metade do século XIX e início do XX, impulsionados pela demanda dos países industrializados, sobretudo a Inglaterra, que constitui o principal centro comprador e distribuidor dessa matéria-prima. (QUEIROZ, 2006, p.33)

Segundo pesquisas da FUNDHAN a árvore da maniçoba pertence ao gênero botânico *Manihot*, da família das Euforbiáceas. São árvores resistentes à seca, que guardam reservas nas raízes e nos caules. Na vegetação do Parque e áreas adjacentes, especialmente em áreas de chapada, são encontradas seis espécies de maniçoba: *Manihotcaerulescens*ssp. *Manihotcingae*, *Manihotglaziovii*, *Manihotheptaphylla*, *Manihot* spp. e *Manihotdichotoma*. (Plano de Manejo do PARNA, 1991). Na Figura 16, podemos observar a árvore de maniçoba, durante o período chuvoso, o qual a FUMDHAM busca preservar as árvores existentes no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara, visto que a exploração do látex causou o desaparecimento de grande variedade da planta.

Figura 16: Árvore do gênero botânico *manihot*.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2012.

As sociedades locais do sudeste do Piauí, que residiam dentro da área do Parque Nacional Serra da Capivara-PI, ao integrarem ao seu *modus vivendi* elementos do passado e do presente, promovem uma interlocução fascinante com a paisagem, a começar pelos locais onde habitavam, que eram assentamentos de grupos pretéritos, isto é os sítios arqueológicos.

No sudeste do Estado do Piauí, os locais onde se encontram os sítios arqueológicos, são locais que até o final da década de 1970 eram habitados por comunidades, onde os sítios faziam parte de suas roças, e por vezes sua casa, conforme podemos observar na Figura 17. Na região, a população rural tem fortes complementos de subsistência que a mantem estreitamente conectada aos produtos naturais oferecidos pela caatinga.

Os vestígios arqueológicos pré-históricos convivem muito frequentemente com os vestígios contemporâneos. Em muitas regiões pode-se encontrar nos abrigos naturais vestígios de caçadores que remontam à década de 1970. Ali os vestígios arqueológicos estão intensamente e estreitamente conectados a todo um sistema de uso e significação dos elementos naturais da paisagem que tem lugar central na vida das comunidades rurais que residiam no local.

FIGURA 17: Toca do João Sabino V



Fonte: Arquivo Pessoal, 2017.

Os sítios arqueológicos são naturalizados pelos moradores, passando a fazer parte de sua paisagem cotidiana. Elas pareciam não ter significado, mas estavam o tempo todo presentes nas suas lembranças, sendo verdadeiros espaços de convívio familiar, como pode ser observado na Figura 18, onde podemos perceber os diversos elementos de um tipo de ocupação não apenas temporária, mas que denota uma produção de subsistência no local, com a presença de pequenos animais destacados na imagem.

FIGURA 18: Família de maniçobeiros que residiam na área do PARNA Serra da Capivara



Fonte: Arquivo da FUMDHAM.

A sua aparente banalização pode ser entendida como o resultado de um envolvimento tão intenso com esse “conteúdo espacial da existência” (MENESES, 2002, p. 188), que não há espaço para o estranhamento.

Segundo Nivaldo de Oliveira Coelho, devido a extração da borracha de maniçoba, que acontecia no meio da caatinga nativa, encontravam os vestígios arqueológicos quando necessitavam descansar ou se abrigar da chuva nas tocas, tendo os primeiros contatos com os vestígios, e ainda segundo ele não davam importância para as “pinturas dos caboclos brabos”.

No final do século XIX, o sudeste do Piauí viveu o apogeu da extração e cultivo da maniçoba. A maniçoba, além de nativa, foi também plantada em algumas propriedades da região, destacando-se as fazendas Serra e Jurubeba, localizadas ao sul da área que hoje forma o Parque Nacional Serra da Capivara. A produção da região era transportada para a Bahia e, de lá, exportada para a Inglaterra e França, até 1913, e para os Estados Unidos, nos anos 1940. A maior concentração de árvores encontrava-se em terras devolutas, que hoje estão dentro e no entorno do Parque Nacional Serra da Capivara (OLIVEIRA, 2001).

Com o objetivo de estimular a produção de borracha natural no país e diminuir a importação foi lançado, entre as décadas de 1970 e 1980, o Programa de Incentivo à Produção de Borracha Natural (PROBOR). Com o fim do ciclo da maniçoba, a maioria dos maniçobeiros que morava na Serra Branca saiu das tocas e se mudou para a comunidade Zabelê. Esta localidade está entre as fundações mais antigas da região, provavelmente no

século XIX, e era composta por pessoas que, assim como os povoados estudados por Godoi (1998), faziam parte da família do Vitorino. Na década de 1970 havia movimento transitório entre o Zabelê e a Serra Branca. Nesse período começaram as expedições científicas da Missão Franco-Brasileira.

Muitos maníobeiros trabalharam como guias locais. Através de seu conhecimento sobre o lugar, eles mostravam para os pesquisadores onde havia tocas com pinturas. Segundo Guidon em entrevista ao Autor (11/2018), os pesquisadores sempre contratavam os serviços dos moradores do local, pois, “eram pessoas honestas e trabalhadoras”, e acrescenta que nunca faltaram com respeito a nenhum membro da equipe.

Através do resultado das pesquisas da década de 70, a equipe da cooperação científica franco-brasileira solicitou a criação da unidade de conservação, visando a proteção do meio ambiente e a preservação dos sítios arqueológicos de arte rupestre (GUIDON, 2007).

Durante o processo de criação do parque o principal problema foi a situação das comunidades que estavam localizadas na área de preservação. O Zabelê era o único povoado que estava totalmente dentro do parque.

Dentro do processo de criação do parque as instituições envolvidas descrevem a situação dos “produtores rurais” ou dos “agricultores” que habitavam a área. Fala-se da preocupação da continuidade da tradição oral sertaneja, e da preservação dos usos e costumes da comunidade.

Ao se deparar com famílias inteiras morando em tocas, Niède Guidon, ficou espantada em encontrar moradores atuais em abrigos que outrora serviram de moradia para povos pré-históricos. Guidon em entrevista ao Autor (11/2018).

A forma de vida peculiar dessas pessoas lhe chamou a atenção e desde o primeiro momento sabia que aquilo fazia parte da história da região. Guidon em entrevista ao Autor (11/2018). Quando questionada sobre a possibilidade de destruir as estruturas de taipa das tocas, para trabalhos de conservação de registros rupestres, uma vez que em alguns casos os registros foram danificados pelas paredes de barro ou pela fuligem, ela afirma que isso não foi cogitado.

Decidir manter as estruturas das tocas foi uma forma de preservação da cultura desse grupo, porém, nesse primeiro momento de pesquisa e criação do parque, os meios de preservação não passaram disso. Desde os primeiros documentos do processo de criação do parque nacional os motivos alegados são a proteção do meio ambiente e dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres, conseqüentemente, é atribuída maior importância às descobertas de ocupações anteriores à colonização.

As ações verticalizadas geralmente veem na população uma adversária, ao invés de aliada, e os desdobramentos dessas ações são sempre os mais danosos possíveis à luz de uma perspectiva humanística. Não se trata somente da indenização pelos bens materiais perdidos e pelo livre acesso aos recursos naturais, mas das relações de pertencimento que as pessoas criaram com o espaço onde seus antepassados morreram e seus filhos nasceram.

Os reflexos legais desses constantes conflitos estão expressos na Lei nº 9.985, de 2000, que definiu diferentes tipos de Unidades de Conservação, estabelecendo certa flexibilidade em relação à permanência de comunidades residindo no interior das unidades. Atualmente, as criações de Unidades de Conservação tendem a ser feitas de forma integrada com a população local e não de forma autoritária e intransigente como tem sido historicamente. No caso do Parque Nacional Serra da Capivara, muitos dos conflitos enraizados no processo de implantação e nas regras intrínsecas à Unidade de Conservação ainda persistem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considero que a árdua caminhada não termina frustrada, mas aquém das expectativas primeiras, das ilusões que serviram de combustível que alimentaram as caldeiras em que foi cozida esta dissertação.

Os caminhos percorridos por esse trabalho possibilitaram a compreensão da ocupação do Estado do Piauí, em especial o Sudeste pelos bandeirantes durante os séculos XVII e XVIII, e entender a relação com a população nativa, evidenciando os conflitos gerados durante o processo de colonização da região, causando o extermínio das populações indígenas do território.

Pontuamos alguns fatos que ressignificam a ocupação da região sudeste do estado do Piauí, em primeiro lugar pontuamos a família Dias-Marrecas, que resistiu ao longo do tempo os processos de ocupação na região, visto que Guidon em Entrevista concedida ao Autor (11/2018), deixa evidente que o “povo da capivara” tem traços fisiológicos e biológicos muito próximo a família Dias-Marrecas, onde acredita que possam ser os povos mais próximos geneticamente com o “povo da “capivara”, “pena que não encontramos dados genéticos nos fosseis da capivara” pontua ela. Mesmo sem dados genéticos dos fosseis humanos encontrados na região da Serra da Capivara, podemos aferir que os traços fisiológicos não deixam dúvidas de uma proximidade genética. Outro fator que devemos pontuar é a cultura mística enraizada nos colonizadores, o que possibilitou uma maior preservação das figuras rupestre e sítios arqueológicos, visto que por acreditar que eram produção dos “índios caboco brabo” “que traziam maldições”, a materialidade produzida pelo “povo da capivara” pode ser preservado e nos possibilitar compreender os processos de ocupação da América.

Vale salientar, que mesmo com o extermínio da população nativa pelos colonizadores, a materialidade produzida por eles resistiu ao tempo, possibilitando as pesquisas da arqueóloga Niede Guidon e sua equipe na década de 1970.

O processo de preservação e proteção das materialidades produzidas pelo “povo da capivara” foi possível graças a um grupo de pesquisadores que ao longo do tempo dedicaram esforços na compreensão da materialidade desses povos que viveram na região acerca de 100 mil anos, produzindo uma quantidade significativa de técnicas e tecnologias, transformando a região em um dos maiores acervos de vestígios arqueológicos.

O Parque Nacional Serra da Capivara foi criado dentro de um contexto de pensamento que compreendia os Parques Nacionais como áreas geográficas que deviam possuir significativos atributos naturais e/ou culturais cuja finalidade era incentivar a pesquisa

científica e oferecer lazer às populações urbanas. Neste sentido, durante muito tempo os Parques Nacionais no Brasil, incluindo o da Serra da Capivara, foram criados para atender as populações externas às áreas de preservação. E no caso do Parque Nacional Serra da Capivara, a preservação dos sítios arqueológicos com pinturas rupestres depende também da preservação da fauna da região.

O Parque Nacional Serra da Capivara teve problemas com a população local desde o processo de sua implantação que ainda hoje não foram totalmente resolvidos. Existe uma questão profundamente ética na implantação de uma Unidade de Conservação, que é o papel da população local na reserva criada. Em todo o país ocorrem repetidos conflitos entre as populações locais e as Unidades de Conservação federais e estaduais porque, geralmente, um pensamento preservacionista excludente direciona as ações de criação e implantação das unidades.

Os desafios empíricos são enormes, mas não podem ser ignorados pelos historiadores de uma região com tal potencialidade. Finalizando a dissertação nas trilhas da Serra da Capivara, percebe-se a potencialidade regional quanto aos sítios arqueológicos e as lacunas presentes nos registros e historiografia oficial. Está perante os olhos, um dos mais importantes patrimônios da Humanidade.

Entender como se processa a interação entre elementos culturais dos “povos da capivara”, possibilita a compreensão da maneira como o presente está relacionado ao passado, seja através de rupturas ou de continuidades.

REFERÊNCIAS

AB'SABER, A. N. Paleo-climas e migrações pré-históricas na América do Sul. **Revista de Pré-História**, n. 6: p. 127-128. 1984.

ABREU, J. **Capistrano de. Capítulos de História Colonial (1500-1800)**. 5ª. ed. Rio de Janeiro: Livraria Briguet, 1969.

ABREU, M. S. de & GARCÊS, S. 2010. Os cervídeos na arte rupestre em território português – do Côa ao Tejo. IN GUIDON, N.; BUCO, C. & ABREU, M. S. de (Eds.), **Global Rock Art –Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO FUMDHAMentos**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano, n 3: p. 823-843. 2009.

AGUIAR, A. Tradições e estilos na arte rupestre no Nordeste brasileiro. **CLIO [Revista do Mestrado em História]**, n. 5, 91-104. 1982.

_____. A Tradição Agreste: estudo sobre a arte rupestre em Pernambuco. **CLIO (Série Arqueológica)**, n. 8, p. 7-57. 1986.

ALBUQUERQUE Jr., D.M. **História: a arte de inventar o passado. Ensaios de teoria da História**. Bauru, SP: EDUSC, 2007.

ALENCASTRE, J. M. P. **Memória cronológica, histórica e corográfica da província do Piauí**. [s/e]. Piauí, Teresina: SEDUC, 2005.

ARAUJO, A.; FERREIRA. L. F. Homens e parasitos: a contribuição da paleoparasitologia para a questão da origem do homem na América. **Revista USP**, n. 34, p. 59-69. 1997.

ARAUJO, A.; PESSIS, A-M.; GUÉRIN, C.; MIRANDA DIAS, C. M.; ALVES, C.; LA SALVIA, E. S.; OLMOS, F.; PARENTI, F.; FELICE, G. D.; PELLERIN, J.; EMPERAIRE, L.; CHAME, M.; LAGE, M. C. S. M.; FAURE, M.; GUIDON, N.; MEDEIROS, R. P. & SIMÕES, P. R. G. **Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil**. São Raimundo Nonato: FUMDHAM / FNMA.1998.

BAPTISTA, J. G. **Etno-história indígena piauiense**. 2ª. ed. Teresina: APL; FUNDAC. 2009.

BARRETO, C. Arqueologia brasileira: uma perspectiva histórica e comparada. **Rev. do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 3, 201-212. São Paulo. 1999.

BASTOS, Solange. **O paraíso é no Piauí: A descoberta da arqueóloga Niède Guidon**. Rio de Janeiro-RJ: Família Bastos editora. 2010.

BELTRAN, M. H. R.; ALFONSO-GLDFARB, A. M.; et al. **Escrevendo a história da ciência: tendências, propostas e discussões historiográficas**. São Paulo: Livraria e Editora da física Fapesp. 2004.

_____. PEABIRUS. **Os Caminhos dos Índios e sua Importância para Identidade Nacional**. 63p. Rio de Janeiro: Econame. 2011.

BELTRÃO, M.; LIMA, T. A. Projeto Central Bahia: os zoomorfos da serra Azul e da Serra de Santo Inácio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 21, p. 147-157. 1986.

BOËDA, E.; CLEMENTE-CONTE, I.; FONTUGNE, M.; LAHAYE, C.; PINO, M.; FELICE, G.D.; GUIDON, N.; HOELTZ, S.; LOURDEAU, A.; PAGLI, M.; PESSIS, A-M.; VIANA, S.; COSTA, A.; DOUVILLE, E. A new late Pleistocene archaeological sequence in South America: the Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). **Antiquity**, n. 88, p. 927–955. 2014.

BRANDÃO, T. M. P. **A Elite Colonial piauiense: família e poder**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1995.

BUCO, C. Arqueologia do Movimento: Visões Sonoras da Pré-história na Serra da Capivara, Piauí, Brasil. In: GUIDON, N.; BUCO, C.; ABREU, M. S. Global Rock Art. **Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO 2009**. São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano: FUMDHAMentos IX, 2010, p. 1347-1357. 2010.

_____. (Org.) 2005b. **A Arqueologia. Parque Nacional Serra da Capivara.** São Raimundo Nonato: FUMDHAM, p. 18. 2005.

_____. 2006. **Relatório da Prospecção na região da Serra Branca, Parque Nacional Serra da Capivara.** São Raimundo Nonato: IPHAN/FUMDHAM [não publicado], p. 7, 2006.

Carta de Joaquim Vellozo de Miranda ao Dr. Domingos Vandelli. Rio de Janeiro: Manuscrito do Fundo José Bonifácio do Museu Paulista – I.1/I-2-1/276. Fundo José Bonifácio. Ms. I.1/I-2-1/276. Museu Paulista, 1780.

CARDIM, F. **Tratados da terra e gente do Brasil.** São Paulo: Cia Editora Nacional/ MEC, Série Brasileira, p. 259, v. 168. 1978.

CASTRO, G. R. **Os assentamentos da reforma agrária no semiárido do Piauí.** 2015. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí. São Raimundo Nonato-PI. 2015.

CHALMERS, A. **O que é a ciência, afinal?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

CHAMLIAN, H. C. Docência na universidade: professores inovadores na USP. **Cadernos de Pesquisa**, v. 118, p. 41-64, 2003.

CHAVES, M. **Subsídio para a História do Piauí.** 2ª Edição. Teresina-Piauí: FMC. 1952.

_____. **A escravidão no Piauí.** Teresina- Piauí: FMC.1998.

CORDERO, A. Contemporary Science and Worldview-Making. **Science & Education**, n.18, p. 747-764, 2009.

COSTA FILHO, A. **A escola do sertão: ensino e sociedade no Piauí, 1850-1889.** Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2006.

_____. **A mulher escrava no Piauí.** Monografia. Universidade Estadual do Piauí. 1988.

DIAS, C. M. M. Arqueologia e História: a Arte Rupestre no Contexto da Sociedade Piauiense. In: GUIDON, N.; BUCO, C.; ABREU, M. S. (Orgs.), **Global Rock Art – Anais do Congresso de Arte Rupestre IFRAO 2009.** São Raimundo Nonato: Fundação Museu do Homem Americano: FUMDHAMentos IX, 2010, n. 4, p. 985-1003, 2010.

_____. **Balaios e bem-te-vis: a guerrilha sertaneja.** Teresina: Dom Barreto, 2002.

_____. Povoamento e despovoamento: da pré-história à sociedade escravista colonial. In: NASCIMENTO, F. A.; VAINFAS, R. **História e Historiografia.** Recife: Bagaço, p. 71-95, 2006.

DIAS, W. P. **São Raimundo Nonato, de Distrito Freguesia a Vila.** 1ª edição, Teresina. 2001.

DIEGUES, A. **O Mito Moderno da Natureza Intocada.** São Paulo: Hucitec, p. 169. 1996.

DOMINGUES, H. M. B. Tradução Cultural na Antropologia dos anos 1930-1950: as expedições de Claude Lévi-Strauss e de Charles Wagley à Amazônia. **Boletim Museu do Para. Emílio Goeldi. Ciências Humanas,** v. 3, n. 1, p. 31-49, 2008.

_____. Barbosa Rodrigues e os sambaquis da Amazônia. **Revista Brasileira de História da Ciência,** v. Suplemnto, p. 51-60, 2012.

_____. O homem, as ciências naturais e o Brasil no século XIX. Rio de Janeiro: **Acervo,** v. 22, p. 167-178, 2009.

EMPERAIRE, L. **Végétation et gestion des ressources naturelles dans la caatinga du Sud-est du Piauí (Brésil).** [Tese de Doutorado de Estado]. Paris: Université Pierre et Marie Curie, Paris VI. 1987

FALCI, M. B. K. Mulheres do Sertão Nordestino. In: DEL PRIORY, M. (org.), **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2005.

_____. **A criança na Província do Piauí**. Rio de Janeiro/Teresina: CEDHAL/Academia Piauiense de Letras, 1991.

FELICE, G. D. A controvérsia sobre o sítio arqueológico Toca do Boqueirão da Pedra Furada, Piauí – Brasil. **FUMDHAMentosII**: 143-178. 2002.

_____. **Contribuição para estudos geoarqueológicos e paleoambientais: proposta metodológica (estudo de caso: Maciço calcário do Garrincho, Piauí, Brasil)**. [Tese de Doutorado]. 250p. Recife: UFPE, Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. 2006.

FIGUEIREDO, B. G.; CONDÉ, M. L. L. **Ciência, história e teoria**. Minas Gerais: Editora Belo Horizonte-MG-2015.

FREITAS, F. H. A.; FREIRE, O. Sobre o uso da Web of Science como fonte para a história da ciência. **Revista da SBHC**, v. 1, n. 2, p. 129–147, 2003.

FUNARI, P. P. **Arqueologia**. São Paulo: Editora Contexto. 125p. 2010.

FUMDHAMentos. **Revista da fundação do Homem Americano**. FUNDHAM. São Raimundo Nonato-PI. 1996.

GORENDER, J. **O escravismo colonial**. 2. Ed. São Paulo: Ática, 1978.

GUÉRIN, C. La faune de vertebres du Pléistocènesupérieur e l'airearchéologique de São Raimundo Nonato (Piauí, Brésil). **ComptesRendus de l'Académiedes Sciences (Serie IIA)**, n. 312: p. 567-592. 1991.

GUIDON, N. Unidades culturais da Tradição Nordeste na área arqueológica de São Raimundo Nonato. **Revista do Museu Paulista (Nova Série)**, Vol. XXX: 115-145. 1985.

_____. **L'art rupestre du Piauí dans le contexte sud américain. Une première proposition concernant méthodes et terminologie** [Thèse de Doctorat d'Etat- es-Lettres], 5 vol., 1132p. Paris: Université de Paris I, Panthéon-Sorbonne. 1984.

_____. Tradições rupestres da área arqueológica de São Raimundo Nonato, Piauí: **CLIO** (Série Arqueológica), 5: 5-10. 1989.

_____. Localização e Histórico do Parque Nacional Serra da Capivara (Cap. I) In: PESSIS, A-M. (Coord.), **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara: 10-18**. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM. 1991a.

_____. Povos caçadores-coletores (Cap. II). In: PESSIS, A-M. (Coord.). **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara: 204-219**. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM. 1991b.

_____. **Relatório do Programa de Produtividade em Pesquisa (CNPq) do Projeto: Pré-história do Parque Nacional Serra da Capivara**. 8p. São Raimundo Nonato: FUMDHAM. 2003.

_____. (Coord.) **Relatório do Projeto de Intervenção, uma parceria IPHAN e FUMDHAM, "Patrimônio Cultural acessível a todos: interpretação e conservação dos sítios arqueológicos do Parque Nacional Serra da Capivara**. 18p. São Raimundo Nonato: FUMDHAM. 2006.

_____. Parque Nacional Serra da Capivara. Modelo de Preservação do Patrimônio Arqueológico Ameaçado. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional** [Patrimônio Arqueológico: o desafio da preservação], 33: 75-93. 2007.

_____. O Pleistoceno no Sudeste do Piauí. **Anais Simp. Pré-História do Nordeste**. Clío Série Arqueologia no 4: 17-8. Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 1991.

_____; DELIBRIAS, G., **L'Art Rupestre Pré historique – Amérique du Sud. Grand Atlas de L'archéologie**. Encyclopedia Universalis, França, p. 358-359. 1985.

HANDLER, R. **On having a culture.** In: STOCKING (ed.) **Objects and others.** Wisconsin: University of Wisconsin, 1985.

IBAMA. **Plano de Manejo: Parque Nacional Serra da Capivara.** Brasília: FUNDHAM/IBAMA, p 32-60. 1991.

JALLES, C. Uma proposta de estudo sobre a materialização do poder em diferentes registros de tempo: dos grafismos rupestres aos diagramas de Isidoro de Sevilha. In: XVI Encontro Regional de História - ANPUH RIO - Saberes e práticas Científicas, Rio de Janeiro: **Anais do XVI Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e práticas científicas**, 2014.

LAGE, M. C. S. M. Análise Química de Pigmentos de Arte Rupestre do Sudeste do Piauí. **Revista de Geologia**, n. 9: p. 83-96. 1996a

_____. Datações de Pinturas Rupestres da área do Parna Serra da Capivara. **CLIO (Série Arqueológica)**, n. 11: p. 203-213. 1996b.

LAMING-EMPERAIRE, A. **Guia para o estudo das indústrias líticas da América do Sul.** Curitiba: Centro de Ensino e Pesquisas Arqueológicas, Universidade Federal do Paraná, p. 155,1967.

_____. Missão Arqueológica Franco-Brasileira em Lagoa Santa, Minas Gerais, Brasil. **Revista de pré-história**, n. 1, p. 53-89. 1979.

LENOIR, T. **Instituindo a ciência: a produção cultural das disciplinas científicas.** São Leopoldo-RS: Editora Unisino. 2004.

LEVI-STRAUSS, C. **O pensamento selvagem.** Campinas: Papius.1989.

LEVY, C. **Gestão e usos do território: conflitos e práticas socioespaciais no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí, Brasil.** Dissertação de mestrado. Campinas: SP: Universidade Estadual de Campinas. 2006.

LIMA FILHO, M.; VALENÇA, L. M. **Relatório sobre a Geologia do Parque Nacional Serra da Capivara – PI**. Recife: UFPE. 21p, 2002.

LIMA REBELLO, J. P. **A indústria da borracha no Estado do Piauí**. Rio de Janeiro: Superintendência da Defesa da borracha, 1913.

LIMA, S. O. **Braço Forte: trabalho escravo nas fazendas da nação no Piauí: 1822-1871**. Passo Fundo: UPF, 2005.

_____. Doutrina dos inimigos: formas de controle e resistência dos trabalhadores escravizados nas fazendas públicas de pastoreio no Piauí: 1711-1871. In: NASCIMENTO, F. A. do; VAINFAS, R. **História e historiografia**. Recife: Bagaço, p. 433-458. 2006.

MACHADO, P. **As trilhas da morte**. Teresina: Corisco, 2002.

MARANCA, S. Estudo do sítio Aldeia da Queimada Nova, Estado do Piauí. **Revista do Museu Paulista**, São Paulo: Museu Paulista da USP. Vol. 3, 102p. 1976a.

_____. Povos ceramistas e agricultores (Cap. II). In: PESSIS, A-M. (Coord.), 1991. **Plano de Manejo do Parque Nacional Serra da Capivara: 229-230**. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, IBAMA & FUMDHAM. 1991a.

_____; MORAES, A. V. & KNEIP, L. M. **Missão de Estudos no Estado do Piauí [Segundo Relatório – julho 1974]**. São Paulo: Museu Paulista da Universidade de São Paulo. p. 28, 1974.

MARTINS, A. S. et al. **Piauí: evolução, realidade e desenvolvimento**. Teresina: Fundação CEPRO, p. 262, 1979.

MELO, P. P. **A transição do Pleistoceno ao Holoceno no Parque Nacional Serra da Capivara, Piauí: uma análise comparativa entre o Sítio do Meio, a Toca do Boqueirão da Pedra Furada e a Toca do Baixão do Perna I**. [Tese de Doutorado]. Recife: UFPE, Pós-Graduação em História. 300p, 2004.

MENDONÇA, S. A. História da Arqueologia Brasileira. **Pesquisas**. Instituto Anchietao Pesquisas, Série Antropologia, 46. 1991

MENESES, U. T. B. Identidade Cultural e Arqueologia. In: BOSI, A. (Org.). **Cultura brasileira: temas e situações**. 4. ed. São Paulo: Ática, p. 182-190. 2002.

MOREIRA, M. L.; VELHO, L. Pós-graduação no Brasil: da concepção “ofertista linear” para “novos modos de produção do conhecimento” implicações para avaliação. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 625-645, nov. 2008.

MOTT, L. **Piauí Colonial: população, economia e sociedade**. Teresina: 2a Ed., 2010.

NEGREIROS, R. M. B. **As trilhas da morte no Sertão das Pimenteiras-PI (1769-1815): caracterização e reconhecimento arqueológico de um território**. (Dissertação de Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Arqueologia – UFPE. Recife, 2012.

NEVES, E. G. Os Índios Antes de Cabral: Arqueologia e História Indígena no Brasil. In: SILVA, A. L.; GRUPIONI, L. D. B. (Org.). **A Temática Indígena na Escola. Brasília: Ministério da Educação e Cultura**, p. 171-192. 1995.

NUNES, O. **Pesquisas para a história do Piauí**. Rio de Janeiro: Arte Nova, 1975.

_____. **Súmula de História do Piauí**. 2º ed. Teresina: Editora Academia Piauiense de Letras - convênio com o Banco do Nordeste, 2001.

OLIVEIRA, A. S. N. **Catingueiros da borracha: vida de maníobeiro no Sudeste do Piauí – 1900/1960**. [Dissertação de Mestrado]. Pós-Graduação em História do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Recife: UFPE. p.122, 2001.

_____. **O povoamento colonial do sudeste do Piauí: indígenas e Colonizadores, conflitos e resistência**. Recife, 2007.

OLIVEIRA, P. S. (ORG.). **Metodologia das ciências humanas**. São Paulo: Editora Unesp. 1998.

_____. Caminhos de construção da pesquisa em ciências humanas. In: OUTRAM, Dorinda. *New Spaces in Natural History*. In: JARDINE, N; SECORD, J. A.; SPARY, E. C. (eds.). *Cultures of Natural History*. Cambridge: Cambridge U. P, 249-265. 1997.

PARENTI, F.; FONTUGNE, M. & GUÉRIN, C. Pedra Furada, Brasil, e sua “presumida” evidência: limitações e potencial dos dados disponíveis. *FUMDHAMentos [Anais da Conferência Internacional sobre o Povoamento das Américas]*. São Raimundo Nonato, Piauí, Brasil (1993)], I: 395-408. 1996.

PENA, B.; NEIVA, A. “Viagem Científica pelo norte da Bahia, sudoeste de Pernambuco, sul do Piauí e de norte ao sul de Goiás”. In: **Memórias do Instituto Oswaldo Cruz**. Rio de Janeiro: Instituto Oswaldo Cruz, 1016.

PEREIRA DA COSTA, F. A. **Cronologia histórica do estado do Piauí: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República**. Rio de Janeiro: Artenova S. A., 1974.

PESSIS, A-M.; GUIDON, N. Registros rupestres e caracterização das etnias pré-históricas. In: VIDAL, L. (Org.), **Grafismo Indígena. Estudos de Antropologia Estética: 19-34**. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP & EDUSP. 1992.

PESSIS, A-M. Método de Análise das Representações Rupestres. **Cadernos de Pesquisa** (Série Antropologia- II), 3: 11-34. 1982b.

PRADO JÚNIOR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo, Colônia**. 8ª.ed., São Paulo: Brasiliense, p. 329, 1965.

_____. **História econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

PROUS, A. **O Brasil antes dos brasileiros: a pré-história de nosso país**. 2ª edição revista. Editora Zahar. Rio de Janeiro. 2006.

QUEIROZ, T. J. M. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 2ª Ed. Teresina: EDUFPI, 1998.

ROCHA, J. C. **A importância da extração da borracha de maniçoba na formação do sertão do Piauí**. Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura Plena em História. Universidade Estadual do Piauí-UESPI. São Raimundo Nonato-PI. 2015.

SAMPAIO, T. **Os naturalistas viajantes dos séculos XVIII e XIX e a etnografia indígena**. Salvador: Livres. Progresso, 1855.

SANTANA, R. N. M. (ORG.). **Apontamentos para a história cultural do Piauí. Fundação de apoio cultural do Piauí**. Teresina: FUNDAPI, 2003.

_____. **Evolução histórica da economia piauiense e outros estudos**. Teresina: FUNDAPI, 2008.

SEPÚLVEDA, C.; EL-HANI, C. N. Quando visões de mundo se encontram: religião e ciência na trajetória de formação de alunos protestantes de uma licenciatura em Ciências Biológicas. **Investigações em Ensino de Ciências**, n 9, pp. 137-175, 2004.

SHINN, Terry. Regimes de produção e difusão de ciência: rumo a uma organização transversal do conhecimento. **Revista scientia estudia**. v. 6, n. 1, p. 11-42. São Paulo. 2008.

SILVA, D. G. **Arranjos de sobrevivência: relações familiares entre escravos no sertão do Piauí (São Raimundo Nonato, 1871-1888)**. São Luís, 2013.

SILVA, R. C. P. Compatibilizando os instrumentos legais de preservação arqueológica no Brasil: o Decreto-Lei nº 25/37 e a Lei nº 3.924/61. **Revista de Arqueologia**, v. 9, p. 9-23, 1996.

SOUSA, M. S. R. **Imaginário Social de semiárido e o processo de construção de saberes ambientais: o caso do município de Coronel José Dias –Piauí**. Teresina: Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Piauí. 2005.

SURYA, L.. Por que fazer a História da Ciência Arqueológica Brasileira? In: 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia, 2012, São Paulo. **Caderno de resumos do 13º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia**. São Paulo: Universidade de São Paulo, v. 1º. p. 262-263. 2012

THOMPSON, P. **A voz do Passado: História Oral. Paz e Terra**. Rio de Janeiro. 1992.

VERGARA, M. R. A divulgação da ciência e a ideia de território na Primeira República: a fase de José Veríssimo da Revista Brasileira. **Ciência, Civilização e República nos Trópicos**. 1ªed. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, v.1, p. 137-156. 2010.